

FACULDADE RATIO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

MARIA FABIANA SOUZA DA SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS E O ENFRENTAMENTO À HOMOFOBIA:
UM ESTUDO NO CENTRO DE REFERÊNCIA LGBT
JANAÍNA DUTRA, EM FORTALEZA - CE

Fortaleza - CE

2015

MARIA FABIANA SOUZA DA SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS E O ENFRENTAMENTO À HOMOFOBIA:

UM ESTUDO NO CENTRO DE REFERÊNCIA LGBT

JANAÍNA DUTRA, EM FORTALEZA - CE

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Ratio, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientação: Prof.^a Kelly Maria Gomes

Fortaleza - CE

2015

MARIA FABIANA SOUZA DA SILVA

O PRECONCEITO HOMOFÓBICO:

POLÍTICAS PÚBLICAS E O ENFRENTAMENTO A HOMOFOBIA

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Ratio, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientação: Prof.^a Kelly Maria Gomes

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Kelly Maria Gomes (Orientadora)
Faculdade Ratio

Prof.^a Lauriene Rodrigues Marreiro
Faculdade Ratio

Prof.^a Francis Emanuelle Alves Vasconcelos
Faculdade Ratio

DEDICATÓRIA

Quero dedicar a todos que me apoiaram minha mãe, meus irmãos amigos e amigas que entenderam a minha ausência e crises de ansiedade e os ataques de risos e as vezes também de choro, ao meu companheiro que muitas vezes me pegava nas madrugadas pesquisando, e tentando colher o máximo de informações possível, aos companheiros das instituições em questão, que me deram total atenção e me receberam com toda atenção, carinho e respeito.

Minha dedicatória se estende a todos os familiares que perderam seus entes queridos que foram vitimados de alguma forma por sua orientação sexual e deixo aqui todo meu carinho, admiração, amor e respeito as pessoas que fazem parte desses movimentos, que Deus abençoe sempre e lhes mostre o melhor caminho a trilhar.

RESUMO

O presente trabalho reflete uma problematização das políticas públicas que atuam no combate ao preconceito homofóbico, conforme abordagens metodológicas que englobam métodos qualitativos, usando diálogos, depoimentos e relatos, com a realização de entrevistas aos profissionais que atuam diretamente no Centro de Referência LGBT Janaína Dutra, em Fortaleza. Com breve contextualização correlacionando as teorizações de Foucault e Mott sobre poder para as políticas públicas e identidade de gêneros, e a atual conjuntura dos movimentos sociais LGBTs, procuramos demonstrar as lutas sociais e os caminhos tracejados na atualidade dentre suas principais conquistas obtidas. Todavia, aglutinamos o desafio regional em face ao cenário nacional do movimento de combate ao preconceito e à discriminação. Descrever as conquistas sociais, políticas e culturais, e desafios históricos que esses movimentos vêm encontrando no Brasil e a relevância dos direitos e a ampliação de políticas públicas como ferramenta de erradicação e combate à homofobia. O objetivo geral foi analisar os impactos das ações desenvolvidas pela Centro de Referência LGBT Janaina Dutra, na visão de sua equipe técnica e verifica o equipamento e os projetos sociais direcionados, à população LGBT na cidade de Fortaleza, identificar como se dá a qualificação e capacitação dos profissionais que atuam junto aos grupos de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais. Fica claro, em meu trabalho, que o Estado tem total responsabilidade na criação e aplicação de leis adequadas e no esclarecimento da população, partindo das autoridades competentes políticas direcionadas aos grupos considerados minorias. No meu trabalho ficou claro que esses grupos não são minorias, e sim separados pela sociedade de forma hipócrita e repressiva, e acabam sendo punidos, marginalizados, reprimidos e muitas vezes violentados e assassinados, como algo que não “deu certo”, fugiu aos padrões impostos por uma sociedade ainda conservadora e intolerante.

Palavras-chave: LGBT, Políticas Públicas, Homofobia.

ABSTRACT

This paper reflects questions of public policies whom act to combat prejudice homophobic according to methodological approaches that include qualitative methods, using dialogues, interviews and reports, with interviews to professionals who work directly on the LGBT Janaina Dutra Reference Center, in Fortaleza. Through based brief background in connecting the theories Foucault and Mott on power for public policy and gender identity, and the real situation of LGBT social movements, and trying to demonstrate the social struggles and the way paths at present among its main achievements obtained. However, we gather the regional challenge in the face of national scene movement to combat prejudice and discrimination. Describe the social achievements, political, cultural, and historical challenges and those movements are finding in Brazil and relevance of the rights the expansion of public policies such as eradication tools and combating homophobia prejudice. The main objective was to analyze impacts and actions developed by the LGBT Janaina Dutra Reference Center, on point of view of its technical staff and checks for equipment and targeted social programs, the LGBT population in Fortaleza city, identify how is done qualification and training the professionals who work with lesbian, gays, bisexuals and transsexuals groups has done. It is clear in my paper, that the state has full responsibility in setting enforcing, appropriate laws and clarification of the population, based on the competent authorities policies aimed at groups considered minorities. In my labor, it became clear that these groups are not minorities, but separated by hypocritical and repressive society, and they end up being punished, marginalized, oppressed and often raped and murdered, like something that did not work, they fled to the standards imposed by even conservative and intolerant society.

Keywords: LGBT, Public Policy, Homophobia.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

Atrac - Associação das Travestis do Ceará.

Antra - Articulação Nacional das Travestis.

AIDS - *Acquired Immunodeficiency Syndrome* (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida).

BSH - Programa Brasil sem Homofobia.

CAOCID - Centro de Apoio Operacional da Cidadania.

CEPEMA - Centro de Ensino e Pesquisa em Meio Ambiente.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social.

Coppir - Coordenadorias da Diversidade Sexual e da Igualdade Racial.

CNJ - Conselho Nacional de Justiça.

CNCD/LGB - Conselho Nacional de Combate  Discriminação e Promoções dos Direitos de lésbicas, gays, travestis e transexuais.

CRAS - Centros de Referência da Assistência Social.

CREAS - Centro Especializado de Assistência Social.

CRESS - Conselhos Regionais de Serviço Social

GRAB – Grupo de Resistência Asa Branca.

CRLGBT - Centro de Referência para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

DDH - Disque Direitos Humanos.

DST - Doença Sexualmente Transmissível.

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio.

GRAB - Grupo de Resistência Asa Branca.

GGB – Grupo Gay da Bahia.

HIV - *Human Immunodeficiency Virus* (Imunodeficiência Humana).

IFCE - Instituto Federal de Educação do Ceará.

IMPARH - Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

ONG - Organização Não-Governamental.

OMS - Organização Mundial de Saúde.

PPA - Plano Plurianual.

PNDCDH - Plano Nacional de promoção da Cidadania e Direitos Humanos dos LGBT.

PNDH 3 - Decreto que cria o Programa Nacional de Direitos Humanos 3.

SECEL - Secretaria de Esporte e Lazer.

Secultfor - Secretaria de Cultura de Fortaleza.

SDH - Secretaria de Direitos Humanos.

SEMAS - Secretária Municipal de Assistência Social.

SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual de São Paulo.

UBS - Unidades Básicas de Saúde.

UECE - Universidade Estadual do Ceará.

UFC - Universidade Federal do Ceará.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	METODOLOGIA DA PESQUISA, O CAMINHO PERCORRIDO	17
2.1	Abordagem/Natureza da Pesquisa	18
2.2	Técnicas e Instrumentos de Pesquisa	20
2.3	Tipos de Pesquisa	23
2.4	Campo da Pesquisa	25
2.5	Sujeitos da Pesquisa	27
2.6	Análise dos Dados Coletados: como atividade básica de ciência.	28
3	SEXUALIDADE, HOMOFOBIA E POLÍTICAS PÚBLICAS; CONTEXTO HISTÓRICO DAS LUTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS LGBT	30
3.1	Sexualidade, Predisposições e Descoberta da sua Identidade ao longo da vida	32
3.2	Homofobia: Um preconceito existente em meio à sociedade	39
3.3	Políticas Públicas para a população LGBT: conquistas obtidas através de movimentos e lutas	43
3.4	Um pouco sobre a História da Parada do Orgulho LGBT: uma das mais visíveis políticas públicas da atualidade	46
4	O COMBATE À HOMOFOBIA E A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DE HOMOSSEXUAIS COMO COMPROMISSO DO ESTADO E DE TODA SOCIEDADE BRASILEIRA	49
4.1	Secretarias e Conselhos de Combate à Homofobia e Discriminação LGBT	49
4.2	Quem foi Janaína Dutra?	54
4.3	Centro de Referência Janaína Dutra: origem e papel social de lutas e conquistas	56
4.4	Dados Quantitativos: Centro de Referência Janaína Dutra	59
4.5	Análise Comparativa de Atendimentos – 2013 x 2014	61
4.6	Pesquisa de Campo: o olhar dos profissionais	62
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
	REFERÊNCIAS	80
	APÊNDICE	82

1 INTRODUÇÃO

Homofobia significa a repulsa ou o preconceito contra a homossexualidade e/ou o homossexual (MOTT, 1995), a questão não se resume aos indivíduos homossexuais, ou seja, ele afirma que a homofobia compreende questões de esfera pública, como a luta por direitos.

Entre 1948 e 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a homossexualidade como um transtorno mental. Em 17 de maio de 1990, a Assembleia Geral da OMS aprovou a retirada do código 302.0 (Homossexualidade) da Classificação Internacional de Doenças, declarando que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”, essa nova classificação entrou em vigor entre os países-membro das Nações Unidas em 1993.

A homofobia vêm ganhado visibilidade através do crescimento dos casos registrados e pelas formas como são praticados os crimes de assassinatos contra essa população. De acordo com as informações contidas na pesquisa da Fundação Perseu Abramo, 91% da população brasileira têm preconceito contra LGBT (VENTURI,2009). O fenômeno da orientação sexual é direito de cunho personalíssimo, um atributo inerente e inegável a toda pessoa humana, independentemente de sua orientação sexual.

E como é alicerçado no direito fundamental, surge o prolongamento dos direitos da personalidade, como direitos imprescindíveis para a construção de uma sociedade livre, justa e igualitária.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) divulgou uma conquista muito importante recentemente adquirida, onde o candidato pôde usar seu nome pelo o qual se identifica para a realização da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2014. Transexuais também puderam optar por usar o banheiro feminino. Foram registradas 95 solicitações de candidatos e candidatas transexuais com autorização do INEP para usarem seu nome social durante a prova.

Segundo a assessoria do INEP, as 95 solicitações foram atendidas. Essa, sem sombra de dúvidas, é uma importante conquista e um grande avanço em nossa sociedade, porém ainda há muito o que mudar. Luiz Mott (2011) cita o exemplo do ex-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o qual oficializou o seu nome social para Lula, o mesmo diz que não há

justificativa para recusar que pessoas que vivam socialmente como mulher tenham de passar pelo constrangimento de serem chamadas pelo nome masculino.

Ainda não há proteção específica na Legislação Federal contra a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, dessa maneira, a Lei Homofóbica está em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário, (KRUGER, 2014).

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil em seu Artigo 7º, “Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação”.

O projeto de Lei que Criminaliza à Homofobia (PL 122) em questão permite a concretização dos preceitos da Constituição Federal, em seu artigo 3º, que constituem como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: “[...] IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Infelizmente esse importante projeto que criminaliza a homofobia no país foi arquivado definitivamente no Senado em 2015. Isso porque as proposições que tramitam há duas legislaturas ou mais sem conclusão sofrem o arquivamento automático, sem possibilidade de recurso. É o caso do PL 122, de autoria da ex-deputada Iara Barnardi. Entretanto, uma manobra da bancada fundamentalista que tinha por fim sepultar o projeto, acabou concedendo mais uma vida. Apesar de terem se passado oito anos parado, o Projeto de Lei 122, conhecido como PL da Homofobia, que foi arquivado no Senado. Deve continuar em tramitação, como projeto que recebe o apoio de pelo menos um terço dos senadores, mas a ideia já não agradou nem mesmo os parlamentares que atuam na defesa LGBT, pois o texto sofreu modificações e teria que voltar para a Câmara. Agora, a tentativa de criminalizar homofobia pode voltar por outras propostas legislativas. Um projeto de autoria da deputada Maria do Rosário tipifica crimes de ódio e intolerância contra diferentes grupos. (SENADO, 2015)

Assim, por força constitucional, o projeto não limita ou atenta contra a liberdade de expressão, de opinião, de credo ou de pensamento. Contribui para garantir a todos, evitando que parte significativa da população, hoje discriminada, seja agredida ou preterida exatamente por fazer uso de tais liberdades em consonância com sua orientação sexual e identidade de gênero, como forma de respeito à dignidade.

É nessa consonância que, a seguir, fica estampado o Projeto de Lei, de redação final, onde nesse corpo de forma em lei, apresenta inovações que serão matérias que adentrarão nas searas da Consolidação das Leis Trabalhistas e no Código Penal Brasileiro em vigência.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, definindo os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. (KRUGER, 2014)

Oliveira (2003, p.16) afirma que “Compreender o sexo e sua orientação como resultado de múltiplos fatores é imperioso para a quebra de estigmas e preconceitos contra comportamentos diferentes, o que levará à real aceitação e tolerância.”

O comportamento homofóbico apresenta-se variavelmente, como antipatia, aversão e medo irracional. A homofobia é observada como um comportamento crítico e hostil, como a discriminação e a violência com base na percepção de que a orientação não heterossexual é negativa.

Toda violência verbal, gestual e física contra gays, lésbicas, travestis e transexuais considera-se permeada pela homofobia individual, cultural e institucional. A homofobia individual internalizados é quando um gay é espancado ou morto por um agressor desconhecido ou pelo seu próprio parceiro sexual ou afetivo.

A homofobia cultural se revela nas atitudes sociais negativas para com a pessoa transexual ou homossexual, tendo origem no machismo, levando os LGBT à exclusão, marginalidade, perpetuando estereótipos da fragilidade física e social das vítimas. A homofobia institucional se manifesta na omissão das autoridades em investigar crimes contra LGBT, na recusa e no mau atendimento das vítimas nas delegacias, na impunidade e na omissão do legislativo. (MOTT, 1995)

De acordo com dados colhidos do Poder Público Federal, em 2012, foram registrados pelo poder público 3.084 denúncias de 9.982 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 4.851 vítimas e 4.784 suspeitos. Em setembro de 2012, ocorreu o maior número de registros, 3,42 denúncias. Em relação a 2011, houve um aumento de 166,09 % de denúncias de 46.6% de violações, quando foram notificadas 1.159 denúncias de 6.099 de violações de

direitos humanos contra LGBTs, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitas. Os dados revelam uma média de 3.23 violações sofridas por cada uma das vítimas. (GGB, 2012)

Vale salientar que essas subnotificações não representam a totalidade das violências ocorridas cotidianamente contra LGBTs, infelizmente são muito mais numerosos do que aqueles que chegam ao conhecimento do poder público. Os números apontam para um grande quadro de violência homofóbica no Brasil: no ano de 2012 foram reportados 27,34 violações de direitos humanos de caráter homofóbico por dia. A cada dia, durante o ano de 2012, 13, 29 pessoas foram vítimas de violência homofóbica. (CEPAC, 2012)

A história nos mostra terríveis atos de violência e discriminação cometidos por pessoas homofóbicas, ninguém tem o direito de tratar esse grupo como se fossem menos merecedores de respeito e dignidade, pois essa atitude fere os princípios dos direitos humanos onde a Constituição Federal de 1988 afirma em seu artigo II:

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), no uso de suas atribuições, baseados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição Federal Brasileira e no Código de Ética da Profissão de 1993, principalmente em seu princípio fundamental 11º, criaram a Resolução nº489/2006, como um instrumento na luta contra opressão sexual.

Esta Resolução embasa, em seus artigos, os assistentes sociais a contribuir no enfrentamento às discriminações contra os LGBT e estimula o profissional a conhecer as realidades dessa população e a desenvolver metodologias de intervenções. (CFESS/CRESS, 2006).

O assunto em questão tem relevância para alertar a sociedade sobre a existência da homofobia dentro das instituições, orientar cada vez mais as pessoas que preconceito é crime e pode causar muitos danos à pessoa que sofre agressão, danos psicológicos, sociais e institucionais, e que é importante lembrar ao agressor que o mesmo pode ser punido constitucionalmente. Não se pode negar que esse preconceito pode ser proveniente de

ensinamentos religiosos, formas de governo, ideologias, dogmas culturais e outros fatores até mesmo econômicos.

O motivo o qual me levou à elaboração desse projeto, foi devido a acontecimentos dentro da minha própria família, onde a pessoa que assumiu que era lésbica, foi de início cruelmente subjugada, mas que com o passar do tempo seus familiares acabaram entendendo e aceitando tudo tranquilamente.

Daí percebeu-se a importância do esclarecimento das pessoas quanto à homossexualidade, pois é apenas uma orientação sexual e isso não muda em nada a contribuição desse indivíduo como um ser social e que tem direito à igualdade e liberdade assim como todos.

Não se pode dizer que a sociedade brasileira é justa, igualitária, democrática e tolerante enquanto o que se vê são seus direitos sendo negados para alguns por simplesmente terem uma orientação sexual diferente do que seria imposta por classes conservadoras. Independentemente do que é certo ou errado, o que se pretende é que direitos do indivíduo sejam garantidos independente de sua orientação sexual.

Em 2013, quando eu realmente decidi desenvolver o projeto com foco nas questões relacionadas à violência homofóbica, procurei informações sobre políticas públicas realizadas em nível local.

A população LGBT foi incluída em vários programas da Secretária Municipal de Assistência Social (SEMAS), sendo garantido o tratamento não discriminatório e especializado quanto a esta temática, como por exemplo: Espaço de Acolhimento Noturno, que é um equipamento da Proteção Social Especial com o objetivo de garantir à população de rua a segurança da acolhida noturna; o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), que é um equipamento da Proteção Social Especial (PSE) e atende à população em situação de rua na cidade de Fortaleza e o Programa de Inclusão Produtiva, voltado especificamente para a população LGBT, o Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) com ações junto à família, atividades pedagógicas direcionadas para o respeito à diversidade sexual. (CIDADANIA LGBT).

Outro equipamento importante para a defesa dos direitos foi o Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), uma organização civil sem fins lucrativos com base comunitária, sendo pioneira na cidade de Fortaleza no estado do Ceará na defesa dos direitos de lésbicas, gays, transgêneros e bissexuais. Fundado em 17/03/1989, é reconhecido como de utilidade Pública

Municipal, Lei nº 706 de 27/03/1992 onde luta de forma permanente pela inclusão social dos homossexuais através do ativismo, pela construção da cidadania e o fortalecimento da comunidade homossexual. Além disso, desenvolve diversas ações que visam à prevenção DST/HIV/AIDS e o apoio direto às pessoas acometidas por doenças.

O Trabalho da Coordenadoria de Diversidade Sexual de Fortaleza, atua na área específica da educação, a qual executa, desde 2006, o Programa Educação sem Homofobia, com o objetivo de planejar, implementar e monitorar políticas públicas de enfrentamento ao preconceito e à discriminação contra LGBTs na rede municipal de ensino.

A Coordenadoria de Diversidade Sexual, da Secretaria de Direitos Humanos da cidade de Fortaleza – Ceará (SDH), foi criada no início da Gestão da prefeita Luiziane Lins, em 2005, focando suas ações no enfrentamento à discriminação e ao preconceito dirigido à população LGBT em Fortaleza, através de políticas públicas afirmativas específicas. São suas atribuições: coordenar, elaborar, e implementar políticas públicas de enfrentamento ao preconceito e à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, para efetivação da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, e transexuais, no município de Fortaleza. A Coordenadoria também apoia as diversas ações do movimento social LGBT, como as paradas pela Diversidade Sexual de Fortaleza, as atividades alusivas à Visibilidade Lésbicas e Visibilidade Trans.

Tem sido bastante presente a atuação do Centro de Referência LGBT Janaina Dutra, onde o trabalho dos Assistentes Sociais, os Assessores Jurídicos, Psicólogos e demais profissionais, para com as vítimas de preconceito homofóbico, no sentido de orientar e acompanhar casos e garantir os seus direitos junto ao poder público, pois são vítimas por violência física, psicológica, moral, patrimonial e até mesmo de exclusão social. A equipe tem acompanhado os mais variados casos e complexidades sempre buscando orientá-los da maneira mais cabível possível para cada caso seguindo uma orientação ética - política, teórico metodológica e técnico - operativa, respeitando o Código de Ética profissional, o que é de suma importância.

Apesar de o preconceito homofóbico ser ainda pouco explorado por parte das autoridades, vêm aos poucos ocupando mais espaço e se tornando um tema cada vez mais debatido e estudado no plenário, senado e instituições no que se refere à garantia dos direitos humanos. As instituições têm se preocupado em campanhas de combate à homofobia para que assim não ocorra a exclusão social desses indivíduos.

A exploração do tema em questão teve o intuito de responderá seguinte pergunta de partida: Quais os impactos das ações desenvolvidas pela Coordenadoria da Diversidade Sexual de Fortaleza, na visão de sua equipe técnica?

O objetivo geral foi: analisar quais os impactos das ações desenvolvidas pela Centro de Referência LGBT Janaina Dutra, na visão de sua equipe técnica. Já os objetivos específicos foram: verificar os equipamentos e os projetos sociais direcionados, à população LGBT na cidade de Fortaleza; identificar como se dá a qualificação/capacitação da equipe técnica para atuar junto à população LGBT.

O estudo está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo é exposto como foi abordado o presente tema, ou seja, explica o tipo de metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa. O segundo capítulo contém o referencial teórico, no terceiro capítulo os autores que contribuíram para o embasamento teórico da pesquisa. E, por fim, o terceiro capítulo inclui a análise dos dados coletados e entrevistas.

2 CAPÍTULO I: METODOLOGIA DA PESQUISA, O CAMINHO PERCORRIDO

Metodologia é um conjunto de abordagens técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento, de uma maneira sistemática. (RODRIGUES, 2007).

Oliveira (2002, p.47) faz uma referência à ciência, onde afirma que:

Trata-se do estudo, com critérios metodológicos, das relações existentes entre causa e efeito de um fenômeno qualquer no qual o estudioso se propõe a demonstrar a verdade dos fatos e suas aplicações práticas. É uma forma de conhecimento sistemático dos fenômenos da natureza, dos fenômenos sociais, dos fenômenos biológicos, matemáticos, físicos e químicos, para se chegar a um conjunto de conclusões verdadeiras, lógicas exatas, demonstráveis por meio da pesquisa e dos testes.

Percebo a importância da ciência como uma forma de conhecimento humano, objetivo, racional, sistemático, geral e verificável e também podendo ser falível. Segundo Galliano (1986, p.26), “ao analisar um fato, o conhecimento científico não apenas trata de explicá-lo, mas também busca descobrir suas relações com outros fatos e explicá-los”.

Não se pode realizar um trabalho científico a partir do senso comum, temos que beber de uma consistente corrente teórica para que possamos entender e explicar um fato ou acontecimento ocorrido na cotidianidade.

O conhecimento científico possui algumas características de consenso da literatura especializada. Dentre as quais se destacam as seguintes, conforme Ander-Egg (1978), lida com ocorrências e fatos, ou seja, com toda sua forma de existência que se manifestará de algum modo na realidade; é sistemático, é preciso organizar o conhecimento em uma ordem lógica formando um sistema de teorias, e não conhecimentos dispersos e sem fundamentos. O conhecimento científico está aberto a mudanças e resulta de um trabalho paciente e lento de investigação e de pesquisa racional procurando, buscando e explicando os fatos de forma racional da maneira mais clara, verdadeira e simples possível sem se render ao espetacular, ao mágico e ao fantástico.

De acordo com Gil (2002), a pesquisa tem como característica uma modalidade de pesquisa que serve não apenas para estudos de natureza exploratória e descritiva, mas, também, para um delineamento na investigação de um fenômeno dentro do seu contexto real.

Para Gil (2006), o método científico é o conjunto de procedimentos intelectuais técnicos adotados para se atingir o conhecimento. A metodologia consiste em uma mediação em relação aos métodos lógicos e científicos. Inicialmente, a metodologia era descrita como parte integrante da lógica que se focava nas diversas modalidades de pensamento e sua aplicação. Posteriormente, a noção que a metodologia era algo exclusivo do campo da lógica foi abandonada, uma vez que os métodos podem ser aplicados a várias áreas do saber.

O capítulo está organizado em seis tópicos onde o primeiro tópico encontra-se a abordagem/natureza da pesquisa; no segundo, estão as técnicas e instrumentos da pesquisa; o terceiro se refere aos tipos de pesquisa; em quarto, o campo da pesquisa; em quinto, os sujeitos da pesquisa; e, em sexto, encontra-se a análise dos dados coletados na pesquisa.

1.1 Abordagem/Natureza da Pesquisa.

A pesquisa, conforme as abordagens metodológicas que englobam, são classificadas em dois grupos distintos o quantitativo e o qualitativo. O primeiro obedece ao paradigma clássico (positivismo) enquanto o outro segue o paradigma chamado alternativo. Para Severino (2002, p.145), “a temática deve de ser realmente uma problemática vivenciada pelo o pesquisador, em vista de sua relação com o universo que o envolve. A escolha de um tema de pesquisa, bem como a sua realização, necessariamente é um ato político.”

Nas Ciências Sociais, os estudos orientados pela doutrina positivista são influenciados inicialmente pela abordagem das ciências naturais, que postulam a existência de uma realidade externa que pode ser examinada com objetividade, pelo estabelecimento de relações causa-efeito, a partir da aplicação de métodos quantitativos de investigação que permitem chegar a verdades universais. Sob esta ótica os resultados da pesquisa são reprodutíveis e generalizáveis. (HAYATI; KARAMI; SLEE, 2006).

A forma de abordagem da pesquisa qualitativa; é descritiva, as informações obtidas são analisados indutivamente, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa, e a quantitativa; traduz em números as opiniões e

informações para serem classificadas e analisadas, utilizam-se de técnicas estatísticas (Rodrigues, 2007).

Enquanto estudos quantitativos geralmente procuram seguir com rigor um plano previamente estabelecido (baseado em hipóteses claramente indicados e variáveis que são objeto de definição operacional), a pesquisa qualitativa costuma ser direcionada ,ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados; seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos os métodos quantitativos.

Godoy (1995) afirma a diversidade existente entre os trabalhos qualitativos e enumera um conjunto de características essenciais capazes de identificar uma pesquisa desse tipo: (1) o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental; (2) o caráter descritivo; (3) o significado que às pessoas dão as coisas e à sua vida como preocupação do investigados; (4) enfoque indutivo.

Para Teixeira (2006, p.137):

Na pesquisa qualitativa o pesquisador procura reduzir a distância entre teoria e os dados, entre o contexto e a ação, usando a lógica da análise fenomenológica, isto é, da compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação. As experiências pessoais do pesquisador são elementos importantes na análise e compreensão dos fenômenos estudados.

O método qualitativo é útil e necessário pra identificar e explorar os significados dos fenômenos estudados e as interações que estabelecem, possibilitando, assim, estimular o desenvolvimento de novas compreensões sobre a variedade e a profundidade dos fenômenos sociais (BARTUNEK; SEO, 2002).

A pesquisa foi de natureza qualitativa, ou seja, ela trabalhou o universo dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes, produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade. (MINAYO, 2009).

Os métodos qualitativos e quantitativos não se excluem. Apesar de se diferenciarem um não nega o outro, é preciso em uma pesquisa o uso dos dois para que se possa obter uma melhor compreensão dos fenômenos.

Duffy (1977) mostra alguns benefícios do emprego conjunto dos métodos qualitativos e quantitativos os quais descreve: possibilidade de congregar controle dos vieses (pelos os métodos quantitativos) com compreensão da perspectiva dos agentes envolvidos nos fenômeno (pelo o método qualitativo); possibilidade de congregar identificação de variáveis específicas (pelos métodos quantitativos) utilizando uma visão global do fenômeno (utilizado o método qualitativo); possibilidade de completar um conjunto de fatos associados ao emprego de metodologias quantitativa com uma visão da natureza dinâmica do que ocorre na realidade; possibilidade de enriquecer constatações com dados obtidos dentro do contexto natural de sua ocorrência; possibilidade de reafirmar validade e confiabilidade das descobertas pelo o emprego de técnicas diferenciadas.

Foi levado em consideração não só a subjetividade dos indivíduos envolvidos nessa questão, como também os resultados estáticos. A pesquisa seguiu, características exploratórias o que incentivou o pensamento livremente sobre o tema, deixando fluir a espontaneidade dos sujeitos.

2.2 Técnicas e Instrumentos de Pesquisa.

As técnicas de pesquisa, segundo Severino (2007), podem ser as seguintes: documentação, entrevista, entrevistas não- diretivas, entrevistas estruturadas, história de vida, observação e questionário.

Segundo Severino (2007), a pesquisa pode ser exploratória e explicativa sendo a primeira a qual busca apenas levantar informações sobre determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto. Sendo uma preparação para a pesquisa explicativa. A pesquisa explicativa é aquela que além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas.

Ainda para Severino (2007), a pesquisa experimental toma o próprio objeto em sua concretude como fonte e o coloca em condições técnicas de observação e manipulação experimental nas bancadas e pranchetas de um laboratório, onde são criadas condições adequadas para seu tratamento.

Para tanto, o pesquisador seleciona determinadas variáveis e testa suas relações funcionais, utilizando formas de controle. O que é mais complicada no âmbito das Ciências

Humanas, já que não se pode fazer manipulação das pessoas. Portanto, detive-me apenas nas duas primeiras técnicas; exploratórias e explicativa.

Goldenberg (1997) define a técnica de observação direta sistemática dos fenômenos da realidade através de uma sucessão de passos, orientados por conhecimentos teóricos, buscando explicar a causa desses fenômenos, suas correlações e aspectos não revelados.

Uma das técnicas utilizadas foi a observação direta a qual se refere à observação espontânea e de onde são extraídas conclusões utilizando o mínimo de controle na obtenção dos dados observados. (CUNHA, 1982).

As observações tiveram a duração de quatro meses na Coordenadoria de Diversidade Sexual de Fortaleza, com os funcionários que participaram da pesquisa e foram registrados em notas de campo.

Segundo Freitas (2003 p.33):

A observação, numa pesquisa com abordagem sócio histórica se constitui [...] em encontro de muitas vozes: ao se observar um evento, depara-se com diferentes discursos verbais, gestuais e expressivos. São discursos que refletem e retratam a realidade da qual fazem parte construindo verdadeira tessitura da vida social.

De acordo com Blakhtin (1997), a reflexão individual do sujeito sobre sua ação pode captar apenas parcialmente a existência dos fatos, uma vez que a percepção de si mesmo só pode acontecer de forma plena a partir do olhar do outro. Por mais perto de mim que possa estar esse outro, sempre verei e saberei algo que ele próprio na sua posição, na posição que ocupa, e que o situa fora de mim e à minha frente, não pode ver toda uma série de objetos e de relações que, em função da respectiva relação em que podemos situarmos, são acessíveis a mim e inacessíveis a ele (BLAKHTIN, 1997).

Foram utilizados e aplicadas as seguintes técnicas de coleta de dados como: entrevistas, depoimentos, relatos, história de vida. Mas, diante do tema pesquisado, optei por utilizar apenas a entrevista aberta e a observação direta e indireta a qual pudemos observar o fenômeno no próprio local e a observação indireta onde pudemos observar os acontecimentos e resultados a partir de noticiários, artigos, como os principais instrumentos de coleta de informações em campo.

Ludke e André (1986, p. 26) afirmam que:

Chegar mais perto da “perspectiva dos sujeitos”. Na medida em que o observador acompanha in loco a vivência, as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações.

Com base nessas características, a observação nos possibilitou um contato direto com os sujeitos, com os fatos e com o local de pesquisa, e com isso me permitiu compreender melhor a realidade vivenciada.

Outra técnica foi a entrevista semiestruturada, é uma técnica flexível na obtenção de informações qualitativas sobre um projeto. Esta técnica requer um bom planejamento prévio e habilidade do entrevistador para seguir um roteiro de questões, com possibilidades de introduzir variações que se fizerem necessárias durante sua aplicação.

Um dos requisitos para aplicação desta técnica é que o entrevistador possua boas questões e as habilidades para conduzir o processo. O desenvolvimento de questões para entrevista deve considerar alguns aspectos, para que seja efetiva, tais como: adaptar a linguagem ao nível do entrevistado, evitar questões longas, manter um referencial básico (objetivo) para entrevista.

A entrevista foi realizada mais simples, possível porém, de forma que se tentasse responder as demandas da maneira mais detalhada, em que os entrevistados se mantivessem o mais livre possível, mas não deixando que a entrevista perdesse seu foco, ou seja, seu objetivo. Algumas habilidades desejáveis no entrevistador são: conhecimento do assunto objeto da entrevista, capacidade de síntese e decisão, boa comunicação oral, colocação imparcial perante o entrevistado e autocontrole emocional. (BARBOSA, 2008).

A entrevista trata-se de uma interação entre pesquisado e pesquisador o mesmo visa aprender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam; entrevistas não diretivas são por meio delas que colhemos as informações dos sujeitos a partir de seu discurso livre.

Conforme Pádua (1997, p.64-65):

A entrevista é um procedimento mais usual no trabalho de campo. Por meio dela, o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos autores. Ela significa uma conversa desprestenciosa e neutra uma vez, que insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos os atores, enquanto sujeito-objetos da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que este sendo focalizada.

O entrevistador mantém-se em escuta atenta, registrando todas as informações evitando intervir, de preferência deve praticar o diálogo descontraído, deixando o entrevistado à vontade para expressar sem constrangimentos suas representações; entrevista estruturada, são aquelas direcionadas e previamente estabelecidas, com determinada articulação interna. Com questões bem diretivas, obtém, do universo de sujeitos, respostas também mais categóricas, sendo muito útil para o desenvolvimento de levantamentos sociais.

Através de um roteiro de entrevista baseado em um questionário, que é um conjunto de questões sistematicamente articuladas, e se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. Podem ser questões abertas ou fechadas.

No primeiro caso, as respostas serão colhidas dentre as opções predefinidas pelo pesquisador; no segundo, o sujeito pode elaborar as respostas, com suas palavras, a partir de sua elaboração pessoal. De modo geral, o questionário deve ser previamente testado (pré-teste), mediante sua aplicação a um grupo pequeno, antes de sua aplicação ao conjunto dos sujeitos, antes de sua aplicação aos sujeitos a que se destina, o que permite ao pesquisador avaliar e, se for o caso, revisá-lo e ajustá-lo. (SEVERINO, 2007). No caso, eu criei o roteiro de entrevista baseado nos objetivos geral e específicos do tema, e foram realizados revisões e alguns ajustes, com a orientação do meu (a) profissional.

2.3 Tipos de Pesquisa.

A pesquisa parte de uma atividade voltada para a solução de problemas teóricos ou práticos com o emprego de processos científicos, parte então, de uma dúvida ou um problema e, com isso, pode assumir diversas formas, dentre as quais: o uso do método científico, busca de uma resposta ou uma solução. (TOGATLIAN; SEVERINO, 2000)

Para Ander-Egg (1978), pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento.

A pesquisa do tipo bibliográfico foi a etapa fundamental em todo o trabalho, pois influenciou em todas as outras etapas da pesquisa, na medida em que foi dando o embasamento teórico ao trabalho. Consistiu no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento das informações relacionadas ao tema.

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema. Serve como procedimento básico para o estudo monográfico, pelos quais se busca o domínio do “estado da arte” sobre determinado tema; a pesquisa descritiva; observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. (TOGATLIAN, 2006)

Procura ainda descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características. Os dados por ocorrerem em seu habitat natural, precisam ser coletados e registrados ordenadamente para seu estudo propriamente dito. (TOGATLIAN, 2006)

Imprescindível, portanto, antes de todo o trabalho, realizar uma revisão da literatura sobre o tema em questão. A revisão da literatura foi feita de forma crítica, baseada em critérios metodológicos, com o intuito de separar os artigos relacionados ao tema.

O acesso à bibliografia foi feito manualmente e eletronicamente. O primeiro consistiu em pesquisas diretamente em livros e o segundo, mais prático, consistiu em conseguir informações eletronicamente. (AMARAL, 2007)

A pesquisa de campo foi realizada no Centro de Referência LGBT Janaína Dutra, na cidade de Fortaleza.

Segundo Gonçalves (2001, p.67)

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...]

A pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos, com vistas à formulação de problemas ou hipóteses pesquisáveis. E apresentam menos rigidez no planejamento. Foi ainda utilizada a pesquisa de campo que, de acordo com Minayo (1994, p.53), é “o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação”.

2.4 Campo da Pesquisa.

“A pesquisa possui aspectos teóricos, metodológicos e práticos, transpondo o reducionismo do empirismo. A realidade é interpretada a partir de um embasamento teórico, sem a pretensão de desvendar integralmente o real e possui um caminho metodológico a percorrer com instrumentos cientificamente apropriados”. (JOSÉ FILHO, 2006, p.65).

No Brasil, foram mencionadas, pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH), algumas experiências com segmentos específicos no que se refere à população LGBT, dentre elas: a carteira de Nome Social para Travestis e Transexuais. No Estado do Rio Grande do Sul, o Programa Rio sem Homofobia, o ambulatório de Saúde para Travestis e Transexuais do Estado de São Paulo, o Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia, do Mato Grosso do Sul e a Coordenadoria de Diversidade Sexual de Fortaleza.

Com relação ao campo científico, Minayo (1994) afirma que, apesar de sua normatividade, é permeado por conflitos e contradições, destacando o embate sobre a cientificidade das Ciências Sociais em comparação com as ciências da natureza. Enquanto alguns buscam a uniformidade dos procedimentos para compreender o natural e o social, outros reivindicam a total diferença e especificidade do campo humano.

O projeto de pesquisa, segundo Merriam (1998), não é um procedimento linear de busca literária, de estruturação teórica e identificação do problema, mas sim um processo interativo de inúmeras idas e vindas inerentes ao percurso de uma investigação científica.

Ao mesmo tempo em que escolhi este tema, optei pelo espaço da Coordenadoria de Diversidade Sexual para realização da pesquisa, devido às suas características peculiares, e sua importância na aplicação de políticas públicas e também para mostrar para a população, a sua atuação na aplicação desse serviço e, de certa forma, analisar como esses serviços são vistos pelos próprios funcionários que as executam.

A pesquisa foi realizada no Centro de Referência LGBT Janaína Dutra, que é ligada a Coordenadoria de Diversidade Sexual, que fica localizada na Rua Pedro I, s/n, Centro, cidade de Fortaleza, Ceará. Suas ações e equipamentos, a qual tem como missão: coordenar, elaborar e implementar políticas públicas de enfrentamento ao preconceito e à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero no município de Fortaleza, articulando com as demais secretarias e áreas de atuação governamental, a promoção da cidadania da população LGBT, a maioria das coordenadorias oferece como serviço básico o atendimento jurídico, psicológico e de Serviço Social à população LGBT.

A Coordenadoria de Diversidade Sexual de Fortaleza executa desde 2006 o Programa Educação sem Homofobia, com o objetivo de planejar, implementar e monitorar políticas públicas de enfrentamento ao preconceito e à discriminação contra LGBT na rede de ensino. (CIDADANIA LGBT,2006).

De acordo com Minayo (1994, p.54), para obtermos êxito na pesquisa de campo, primeiramente, “devemos buscar uma aproximação com as pessoas da área selecionada para estudo”.

Segundo Gonçalves (2001, p. 67):

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas.

Importante ressaltar que mesmo a pesquisa qualitativa tendo o propósito de colher informações subjetivas, foi necessário caracterizar os sujeitos da pesquisa, pois são fontes de informação.

Foram ouvidos três funcionários de diferentes cargos, sendo 01 Assessora Jurídica e 02 Assistentes Sociais, que trabalham com políticas direcionadas à população LGBT, priorizando os que trabalham mais diretamente com o social, por entender assim, a riqueza de conhecimento desses profissionais, com a finalidade de responder; quais os impactos das ações desenvolvidas pela Coordenadoria da Diversidade Sexual de Fortaleza. Ouvir dos funcionários sua opinião sobre os projetos e equipamentos sociais direcionados à população LGBT, na cidade de Fortaleza e identificar como se dá a qualificação da equipe para atuar junto à população LGBT.

2.5 Sujeitos da Pesquisa.

Os critérios utilizados quanto à escolha dos sujeitos para a entrevista se deu levando em consideração a qualidade das informações coletadas o que foi muito importante na tomada de decisão quanto ao número dos sujeitos, onde foram entrevistados três funcionários Centro de Referência LGBT Janaína Dutra, em Fortaleza. A seleção desses participantes se deu a partir do interesse e disponibilidade dos funcionários.

Ao conduzir a entrevista, é importante lembrar de Bourdieu (1996), o qual nos chama a atenção para o cuidado na relação pesquisador/participante, atentando para que a condução da entrevista não seja influenciadora, de modo que os sujeitos não falem o que queríamos ou precisássemos ouvir.

Assim, fui ouvindo e gravando o que os entrevistados falavam e aproveitei o momento da entrevista para observar. Foi resguardada a individualidade do entrevistado respeitando sua posição em relação a responder ou não às perguntas em questão.

A entrevista foi realizada no Centro de Referência LGBT Janaina Dutra, na cidade de Fortaleza com funcionários ligados às políticas públicas voltadas para a população LGBT. Importante salientar que esses funcionários disponibilizaram seus horário livres de maneira voluntária (alguém que faz por si mesmo, sem incentivo ou constrangido por outrem; pessoa de livre vontade), mas levando em conta o critério da intencionalidade, ou seja, de acordo com o “interesse do estudo e das condições de acesso e permanência no campo e disponibilidade dos sujeitos”. (DENCKER, 2000, p. 102).

2.6 Análise dos Dados Coletados: como atividade básica de ciência.

Para efeito de análise dos dados, foi necessário primeiramente definir a unidade de análise que, por sua vez, constitui-se na forma pela qual os dados são organizados. A definição da unidade de análise requer a decisão sobre o que se interessa investigar, que pode ser uma organização, um grupo, diferentes grupos em uma comunidade ou determinados indivíduos.

Embora a necessidade de que cada um desses casos tenha uma unidade de análise distinta, nada impede que se utilize mais de uma unidade de análise no mesmo estudo (MAZZOTI; GEWANDSZNAJDER, 1998).

A coleta de dados e sua análise e interpretação foram feitas com base em uma fundamentação teórica consistente e objetiva, buscando compreender e explicar o problema pesquisado.

Burrell e Morgan (1979) consideram quatro tipos de suposições: ontológicas, epistemológicas, da natureza humana e metodológica. As suposições ontológicas são aquelas que dizem respeito à própria essência dos fenômenos sob investigação. Suposições epistemológicas estão referidas ao conhecimento, a como ele pode ser transmitido. As suposições relativas à natureza humana dizem respeito à visão que se tem dos indivíduos. Por fim, as suposições ontológicas, epistemológicas e da natureza têm implicações diretas de ordem metodológicas, são elas que orientam o pesquisador na direção de uma ou de outra metodologia.

A atividade básica da ciência é a pesquisa, que pode ser conceituada como o processo formal e sistêmico de desenvolvimento do método científico. E seu objetivo fundamental é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de distintos procedimentos metodológicos (TEIXEIRA, 2003). Os dados coletados foram devidamente analisados de forma que se respondesse a uma problemática relevante a qual a sociedade é obrigada a conviver.

O ciclo da pesquisa, segundo Minayo (1994), é composta por três momentos: fase exploratória da pesquisa, trabalho de campo e tratamento do material. O referido processo iniciou-se com a fase exploratória da pesquisa em que foram interrogados aspectos referentes ao objeto, aos pressupostos, às teorias pertinentes, à metodologia apropriada e às questões operacionais necessárias para desencadear o trabalho de campo.

Em seguida, foi estabelecido o trabalho de campo, que consistiu no recorte empírico da construção teórica elaborada no momento. Foi nesta etapa que se combinaram várias técnicas de coleta de dados, como entrevistas, observações, pesquisa documental, dentre outras. E, ao final, fez-se necessário elaborar o tratamento recolhido no campo, que pôde ser subdividido em: ordenação, classificação, e análise, propriamente dita.

Após a coleta de dados, a fase seguinte da pesquisa é a de análise e interpretação, estas apesar de serem distintas, aparecem sempre relacionadas:

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (GIL, 1999, p.168).

Porém, em uma análise não podemos deixar de lado as relações casuais, pois é um ponto que merece ser lembrado no momento da análise e interpretação dos dados.

Segundo Bardin (1997, p. 42):

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Depois de passada a etapa de coleta de informações, foi uma etapa delicada e ao mesmo tempo difícil, pois foi à hora de transcrever as falas dos sujeitos, uma etapa demorada, e precisei de muita atenção e cuidado, para não deixar nenhum detalhe de fora.

Primeiro, salvei em um computador todas as entrevistas, e fui transcrevendo as falas, de maneira que fosse anotado tudo como se fora falado pelos sujeitos e em seguida gravei todo o material em um arquivo e em meu e-mail, para que o mesmo pudesse ter sido analisado posteriormente.

Os principais autores escolhidos para análise dos dados e que mais contribuíram para a realização do estudo do tema foram: Michel Foucault (1999); Oliveira (2002); Mott (1995); Mazzoti, Gewandsznadder (1998); Minayo (1994); Teixeira (2003); Rodrigues, (2007), dentre outros.

3 CAPÍTULO II: SEXUALIDADE, HOMOFOBIA E POLÍTICAS PÚBLICAS; CONTEXTO HISTÓRICO DAS LUTAS E MOVIMENTOS SOCIAIS LGBT

Nesse capítulo abordaremos um contexto mais generalizado e amplo subdivido em quatro categorias, primeiro: sexualidade, predisposições ou experiências sexuais na vivência e descoberta da sua identidade ao longo da vida; Segundo, A homofobia, a qual ocorre consciente ou inconscientemente e por pessoas que ainda têm muitas dúvidas e angústias sobre sua própria identidade sexual. Terceiro, Políticas Públicas voltadas à população LGBT, as conquistas adquiridas através de movimentos e lutas onde, historicamente na quarta parte desse mesmo capítulo poderemos recordar um pouco sobre a história da parada do orgulho LGBT, as lutas pelos direitos que foram frutos de manifestações político-sociais, ou seja, de minorias que no combate à violência sofriam em decorrência de sua condição humana e foram impulsionadas para o enfrentamento e a mobilização social, fazendo com que surgissem políticas públicas de proteção e combate às inúmeras discriminações, e homicídios cometidos por indivíduos homofóbicos.

Ao problematizar a forma como os serviços públicos lidam com a diversidade sexual, na medida em que o direito à liberdade de orientação sexual se constitui numa forma de direito à igualdade social. Para tanto, traçaremos um breve panorama da relação entre Estado e movimento LGBT no Brasil. Destacaremos entraves desta relação no momento de elaboração do Programa Brasil sem Homofobia (BSH), da construção e realização da I Conferencia LGBT e do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT.

Nas políticas públicas no Brasil, salientemos que respeitar a diversidade sexual é necessário para o respeito à autonomia, para a democracia e para a superação da inferiorização do outro. A importância da visibilidade do tema é desnaturalizar a imposição da Heteronormatividade (Termo preconceituoso que designa que a heterossexualidade é a única orientação sexual que deve existir), oposta à luta dos patamares de sociabilidade, onde a diversidade seja efetivamente reconhecida.

Com o avanço do movimento homossexual, no Brasil, no final dos anos 1970, há a busca pelo reconhecimento de direitos políticos de gays e lésbicas no contexto da ditadura militar (FACCHINI, 2005). A reabertura política, em meados dos anos 1980 possibilitou a participação de vários segmentos sociais. Da mesma forma, imediatamente se reuniram para questionar as

noções hegemônicas da homossexualidade, que a consideravam um comportamento pervertido e doentio.

Os anos 80 e 90 trazem novas questões ao cenário, além das lutas pela “despatologização” da homossexualidade e por uma legislação antidiscriminatória, em busca da legalização do “casamento gay”, pela inclusão da educação sexual nos currículos escolares e pelo protagonismo dos sujeitos em relação ao HIV/AIDS.

A ascensão da AIDS transitou de um dispositivo inquisidor a um motivador de luta, que culminou em um pilar central no reconhecimento da luta LGBT no Brasil. É também, neste momento, que os primeiros grupos de ativismo passaram pelo processo de organização, justificado na necessidade de legitimidade para pleito de financiamento para o desenvolvimento de atividades de prevenção à AIDS. Após isto, outras lutas foram incorporadas à plataforma LGBT, como a parceria civil/casamento, e a adoção de crianças por casais não-heterossexuais. Recentemente, incorporou-se, também, a luta pela criminalização da homofobia no âmbito da segurança pública, a partir do entendimento da “necessidade” de uma punição aos perpetradores da violência homofóbica.

Para Weeks (1986), a sexualidade é social, pois é construída como todas as outras esferas da vida, através de arbitrariedades, sob moralismos e convenções históricas, que vão se naturalizando e universalizando, criando hierarquias de normalidades e aceitação social. Estas percepções naturalizadas são incapazes de questionar radicalmente as normativas de gênero e sexualidade e, no campo das políticas sociais, este questionamento poderia possibilitar a elaboração de políticas sexuais que se aproximassem da efetiva democracia sexual.

Souza (2008) reforça ainda que o fato de perceber a sexualidade como uma atração, distancia-nos de entendê-la como uma instituição social como outra qualquer e que sua existência se deve a um processo de construção que em nada difere de todo o processo de institucionalização da realidade.

Com a demarcação do lugar do heterossexual e das demais classificações de grupos “dominantes”, o poder é assim naturalizado entre grupos sociais normatizados e que ocupam quase sempre posições centrais, ditando, aos demais, as formas de representação, pois falam por si e pelos outros, tanto pela negação dos demais ou por considerá-los subordinados.

Vale ressaltar ainda que as experiências coletivas e públicas, como o ambiente escolar, cujo espaço é de frequência obrigatória a todas as classes sociais, amenos até a adolescência, é

um campo de análise privilegiado para demonstrar disciplinamento dos corpos. Louro (2001) indica que, mesmo não atribuindo à escola papel determinante nas identidades sociais, seus aspectos condicionantes têm parte significativa nas histórias pessoais. As estratégias de disciplinamento e controle produzem individualmente culpa e vergonha, remetendo ao segredo e ao privado, permeados por processos de controle e censura sociais, e que acabam por incorporar-se e constituir a subjetividade dos sujeitos. Isso resulta em não mais perceber a sexualidade como social e política, mas como ligada ao privado.

A ordem social contemporânea se estrutura de forma que no dualismo hetero/homo, a heterossexualidade seja naturalizada e compulsória. O termo mais apropriado para destacar esse processo é “heteronormatividade”, segundo Miskolci (2007), pois expressa as expectativas, demandas e obrigações sociais que derivam da heterossexualidade como pressuposto de natural e fundamento da sociedade.

O estudo sobre a sexualidade não equivale, apenas, à defesa de não heterossexuais, mas implica desvendar os pressupostos e os meandros da heteronormatividade e em explorar principalmente suas interdições para demais orientações sexuais, “em especial a homofobia, materializada em mecanismos de interdição e controle das relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo. (MISKOLCI, 2007, p.06).

3.1 Sexualidade, Predisposições e Descoberta da sua Identidade ao longo da vida.

A sexualidade é um dos elementos que constitui o ser humano. É por meio da sexualidade que o indivíduo manifesta suas preferências, predisposições ou experiências sexuais na vivência e descoberta da sua identidade ao longo da vida. Segundo Fagundes (2005, p.14), “sexualidade é um elemento que constitui a existência humana e, como tal, precisa ser compreendida em sua totalidade”. É importante se levar em consideração os fatores biológicos, psicológicos, religiosos e sócio -culturais pois esses exercem uma forte influência sobre a formação e o direcionamento da sexualidade. (SOUZA, 2009).

O surgimento das diferenças sexuais tem constituído assim, o que se tem entendido por diversidade sexual - o conjunto de manifestações da sexualidade expresso pelos os sujeitos a partir de seus enlaces sentimentais e eróticos. Loiola (2011 apud PICAZIO,1998, p.17) afirma que “somos diferentes um do outro, como cores diversas que podem se complementar de maneira harmoniosa”. Entendo que, desse modo, as formas de manifestações da sexualidade

são expressas de sentimentos afetivos e/ou eróticos entre as pessoas, podendo ser com outras do mesmo sexo ou de sexo diferente.

Porém, o não entendimento dessas manifestações complexas, no exercício pleno da sexualidade de si e dos outros, é algo muito difícil em nossa sociedade e tem causado sérios problemas e danos a essas pessoas consideradas por determinismos moralizantes como indivíduos diferentes ou até mesmo “amorais” por fazerem parte da população LGBT. (LOIOLA, 1998). Outra vez, volto a chamar a atenção da importância para o esclarecimento das pessoas quanto à homossexualidade, pois esse grupo é estigmatizado por classes conservadoras, mas fazem parte da sociedade e, portanto, também podem ser pessoas bem sucedidas que trabalham e estudam, contribuindo também com a economia do nosso país, que pagam seus impostos e são merecedoras da garantia de seus direitos.

Alípio (2006) se refere à orientação homossexual como uma determinação que o sujeito não tem o controle consciente (seria de ordem de desejo obscuro), inconsciente, que se nasce (seria biológico) e talvez como algo que alguns carregam como um fardo (do qual não se pode se livrar) é rendição ao preconceito na sua forma popular ou travestido de explicação científica. Percebo que o autor se demonstra, posso dizer, um pouco preconceituoso partindo do princípio de que a homossexualidade não é doença, e nem um fardo, mas o preconceito é muito grande, a ponto de alguns serem excluídos mesmo, seja do convívio familiar, dos grupos de amigos na escola, perderem empregos por assumirem serem homossexuais. Portanto, não podemos querer retirar a sexualidade do campo das escolhas, das ações conscientes que têm como objetivos a construção ou desconstrução e reconstrução do mundo, das possibilidades que ele oferece. A orientação homossexual tem sido elemento na construção de sujeitos sociais e politicamente conscientes e atuantes na redefinição das instituições e relações sociais.

Podemos, então, diante dessas complexidades, na sua forma de viver a sexualidade, é de cunho importantíssimo para se dar um novo olhar para o outro, para o diferente, isso tudo tem contribuído para mudanças na política, em redefinições de instituições, relações e concepções morais e sociais. (ALIPIO, 2006)

Garcia Junior e Medeiros (2007) nos mostra que, na atualidade, existe uma encruzilhada na posição masculina marcada por novas representações sociais: “os homens começaram a recuar seus comandos patriarcais, questionar suas próprias atitudes e duvidar de suas decisões”. Em consequência disso, a diferença entre homens e mulheres cada vez mais tem- se tornado mínima, porém ainda são muito presentes em nossa sociedade. (p.166-167)

As pessoas pertencentes a essas categorias diversas (LGBT) têm sofrido repressão por parte desse sistema cultural repressivo e, ao mesmo tempo, castrador de desejos singulares no que se refere à sexualidade. A diversidade sexual faz parte de um objeto importante para o debate atual nos mais diversos setores da sociedade civil, implicando assim diretamente na discussão da cidadania, discussões estas que estão presentes no cotidiano das escolas, nos meios de comunicação de massa, muitas vezes orientadas pelo o poder do Estado, porém de modos bastante confusos e truculentos.

Devido à muita repressão e intolerância, a diversidade sexual tem sido vista como resultado da dificuldade de não aceitação das singularidades homossexuais existentes. Essas manifestações se originam pela homofobia a partir de brincadeiras, passando a insultos verbais, agressão física, chegando muitas vezes a assassinatos caracterizadas por golpes de extrema frieza e crueldade. (LOIOLA, 2011).

Porém, o que interessa aqui não é o entendimento dessas diversidades sexuais e sim uma maior tolerância as diversas manifestações sexuais. Tendo em vista a história das relações de poder entre homens e mulheres, faz-se necessário pensar e repensar na reprodução desses papéis, incluindo essa abordagem durante o processo ensino aprendizagem. Os profissionais que atuam nessa área necessitam serem treinados para lidarem com esse tipo de adversidade, pois sem dúvidas as mudanças ao longo da história refletem na sociedade e na cultura, porém ainda existem preconceitos com relação à obesidade, ser homem ou mulher, negro/a ou branco/o, homossexual ou heterossexual.

Estas são construções ideológicas que legitimam o poder. Isso tudo acarreta uma polêmica e, pelo preconceito existente na sociedade vigente, torna-se difícil a abordagem de assuntos relacionados à sexualidade na escola por falta de aceitação por parte dos pais, por conta de seus costumes, culturas e religiões, dentre outros obstáculos, o que dificulta muito o trabalho dos profissionais que se sentem inseguros ao trabalhar o assunto pela existência da diversidade de sujeitos nas salas de aula. (NOGUEIRA,2007).

Porém, segundo relatos de alguns profissionais, as dificuldades começam no despreparo dos profissionais, por não terem recebido das instituições treinamento e preparo adequado ou insatisfatório para trabalhar o tema. De acordo com Silva e Soares (2007, p.89), “as representações da sexualidade na juventude e os mitos que perpetuam determinados padrões sexuais resultam na impossibilidade de conviver com diferentes contextos culturais”. Conclui-se a necessidade dos profissionais buscarem conhecimento, amadurecimento científico sobre a

referida demanda, sabendo que o ensino aprendizagem é muito complexo e requer preparo do profissional envolvido, sem deixar de levar em consideração sua contribuição como cidadão e seus limites.

Tais fundamentos fazem sentido quando se entende que gênero é a condição de produção sociocultural das identidades masculinas e femininas, remetendo-se à natureza sexual de cada pessoa, e sexo é tudo aquilo que está relacionado às características físicas do ser humano. (XAVIER; SANTIAGO, 2010).

A humanidade tem atribuído significados diversos quando se refere à sexualidade humana, de acordo com os contextos históricos e culturais vividos. Tais significados, aliados aos demais aspectos sociais que fundamentam e estruturam as relações humanas, como relações de poder, a política, as crenças religiosas, a ideologia dominante, a economia e as desigualdades sociais, constituem os alicerces das civilizações e das sociedades, ou seja, ainda segundo os autores, são pressupostos fundamentais para a convivência social e coletiva entre os sujeitos.

Luiz Mott (1997, p. 53) diz que:

A sexualidade humana não é instintiva, mas uma construção cultural; a cultura humana varia de povo para povo e se modifica ao longo do tempo dentro de uma mesma sociedade; não existe uma moral sexual natural universal, portanto a sexualidade humana é amoral, no sentido de que cada cultura determina, por razões subjetivas e nem sempre salutares, quais os comportamentos sexuais serão aceitos ou condenados.

Dizer que o sexo não é reprimido, ou melhor, dizer que entre o sexo e o poder a relação não é de repressão, corre o risco de ser apenas um paradoxo do segredo, ou seja, a sexualidade não é algo fora daquilo que um indivíduo é, está presente em todas as suas condutas, é um conjunto do todo muito embora haja a repressão, não só com relação à sexualidade de cada um, mas quando se refere ao sexo, deve ser visto como um segredo. (Foucault, 1988).

Na era judaico-cristã, o casamento deveria ser permanente, as pessoas deveriam permanecer em seus casamentos mesmo sem amor (sem atração sexual), pois o casamento era indissolúvel perante Deus e a Igreja, porém as coisas mudaram no mundo todo. No Brasil, os homossexuais afirmam-se mais abertamente e conseguiram através de muitas lutas transformarem a homossexualidade em objeto de debate público, porém isso não quer dizer que

o preconceito contra essa forma de viver a sexualidade tenha mudado, pode ter diminuído mas ainda é muito forte o preconceito contra homossexuais no Brasil e eu diria no mundo.

Dentre todas as mudanças que acontecem no mundo, nenhuma delas é mais importante do que aquelas que acontecem em nossas vidas no nosso cotidiano, é impossível não nos inserirmos dentro dessas mudanças, pois tudo está interligado direto ou indiretamente nas nossas escolhas, nas decisões em que temos que tomar a todo instante, porém é uma revolução desigual e muitas vezes não muito intolerantes.

Há uma discussão mundial sobre homossexualidade, regulação e aceitação na sociedade e no âmbito familiar. Mas diante disso tudo, não se pode esquecer a importância do indivíduo, ser feliz e sentir-se realizado (a) pessoalmente, independentemente de sua orientação sexual.

Giddens (1999) relata sobre igualdade sexual, onde afirma que a igualdade sexual não é apenas um princípio essencial da democracia. E segue mostrando que levantamentos feitos nos EUA e na Europa mostram que poucos querem retornar aos papéis masculino e feminino tradicionais, ou à desigualdade legalmente definida.

Em outras palavras, se o modelo de família tradicional fosse tão perfeito, não haveria ocorrido um grito pela democracia na escolha da sexualidade. As expressões da sexualidade são expressas de várias formas e devem ser vividas por todos.

Como será que é enfrentada essa questão da homossexualidade dentro das instituições? Os autores Carvalho, Salles, Guimarães (2005), fazem uma observação a qual me chamou muito a atenção, onde eles lançam uma pergunta: Será que a necessidade sexual do adolescente que está dentro de uma instituição é diferente daqueles que moram com suas famílias? Nós sabemos que não. Essa expressão vale também, quando a adaptamos, e lança-se a seguinte questão; será que a necessidade sexual do homossexual é diferente daquele que está junto de suas famílias? Não nos resta alternativa a não ser respondermos que não. Segundo os autores, todos eles têm o mesmo direito. O mais importante é compreender que existem várias formas de comportamento sexual e também de atração sexual. E que devem ser respeitados por todos.

No que se refere à divisão do trabalho, ainda é muito presente a desigualdade com relação ao gênero, com essa lógica histórica da divisão sexual do trabalho. Albuquerque e Alves(2012) relatam que essa divisão faz com que a sociabilidade das atividades de cuidados seja ainda um dos principais desafios a serem enfrentados, tanto pela sociedade como pelo Estado no trato da relação trabalho-gênero.

Na visão de José Carlos Rodrigues (1980), o corpo é um importante elemento simbólico de uma dada sociedade. Deve ser preservado por carregar significados e, assim, assume papel importante acerca dos valores que representa. Ao romper com os padrões preestabelecidos, pode levar as pessoas a visualiza-lo como um ponto negativo, como a sensação de nojo e, conseqüentemente, ao estigma.

Goffman (1975) explica que a materialização do estigma se estabelece quando a pessoa porta algum tipo de deformação ou manifestação que distorce o modelo apregoado pela maioria. O indivíduo incapaz de se adequar ao padrão social é enquadrado dentro do primado do estigma e, como consequência, vêm as exclusões, o nojo, que as impedem de vivenciar plenamente a vida pública.

Essa era a realidade vivenciada pela população LGBT na sociedade brasileira até pouco tempo, com o avanço da democracia tem levado a discussão por direitos e o respeito às diferenças, porém, repito, ainda há muitas conquistas a serem alcançadas. Partindo do entendimento de que dissociamos, necessariamente, a identidade de gênero, do sexo e de sua preferência sexual.

Gagnom (2006, p. 162) argumenta que:

(1) Desejamos o gênero das pessoas e não seu sexo; (2) Este desejo é socialmente construído, não biologicamente impulsionado; (3) Nós, no sentido social complexo “preferimos” o outro – não somos orientados para o outro; (4) Essa preferência é instável e mutável no decorrer da vida; (5) Essa instabilidade tanto é interna (o que desejamos na outra pessoa muda quando externa (podemos vir a desejar pessoas outro gênero, assim como pessoa do mesmo gênero); (6) Nem todas as preferências sexuais são preferências relativas ao gênero; (7) Relações eróticas é uma expressão que pretende explicitar a relação que está sendo discutida, contraste com as preferências de gênero nas amizades, nas relações profissionais e nas relações amorosas.

Essa distinção apresenta-se ainda bastante confusa para os profissionais que atuam tanto nas repartições de ensino/aprendizagem como também nos espaços públicos. Muitos demonstram dificuldades enfrentadas por eles/as no convívio com travestis e transexuais principalmente no desenvolvimento das ações. Há uma falta de discernimento muito grande com relação à dissociação ou distinção entre sexo biológico e identidade de gênero e um embate entre a associação sexo/gênero por parte dos profissionais na execução das ações pois, também

possuem suas peculiaridades, muitos também têm suas concepções preestabelecidas o que demonstra suas limitações enquanto profissionais que necessitam serem muito bem trabalhados (as) e treinados (as) para poderem atuar junto aos equipamentos.

Sobre o processo definidor das diferenças a partir do sexo, Louro (2004) afirma que isso ocorre desde ou antes - do nascimento, no ato de nomear o corpo, ao declarar: “é menina!” ou “menino!”. Acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um “dado” anterior e lhe atribui um caráter imutável, a- histórico e binário. Inaugura um processo de masculinização ou de feminilização, com os quais o sujeito se compromete. (LOURO, 2004, p. 15).

No intuito de estabelecer distinções entre sexos, gênero e sexualidade, ou entre identidades de gênero e identidades sexuais, Louro (1997), ressalta que o caráter da instabilidade e das identidades, destacando sua “permanente construção”, por compreender que os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo ser contraditórias. (LOURO, 1997, p.24).

Por sua vez, a instabilidade da sexualidade humana tem como pressuposto o reconhecimento do seu sujeito como seres sexuais inacabados, incompletos, em constante construção, passíveis de mudanças no modo de ser, sentir e viver sua sexualidade. Essa afirmativa desestabiliza não só a concepção “naturalizada” da heterossexualização dos sujeitos, como também as identidades sexuais e identidades de gênero, atribuindo-lhes um caráter um de inconstância. (JOCA, 2011).

Domingues (2005) reconhece que muita coisa mudou quando se refere à definição de suas histórias de vida e identidades da população LGBT, suas trajetórias, a sexualidade e as relações sociais hoje se tronaram bem menos rígidas, porém o mesmo reconhece que no Brasil, em se comparando com o Ocidente, deu-se de forma um pouco mais lenta e distinta tanto em relação à definição de sexualidade de uma pessoa quanto à de sua situação matrimonial se tornaram mais flexíveis. Dessa maneira,

Os homossexuais afirmam-se mais abertamente, ou pelo menos transformam a legitimidade de sua homossexualidade em objeto de debate público – o que não quer dizer, em absoluto que, o preconceito contra formas tão comuns, todavia pouco “convencionais” de viver a sexualidade tenha desaparecido. (DOMINGUES,2005 p.43)

As concepções de viver a sexualidade mudaram e devemos aprender a lidar com essas mudanças ou então o sofrimento social, e até mesmo psíquico, que se resultará da incapacidade de lidar com essas situações, tendem a se alargar cada vez mais. O mundo não pode fechar os olhos para a instalação de tanta impunidade e crueldade em meio à sociedade; a justiça deve ser conservada sempre.

3.2 Homofobia: Um preconceito existente em meio à sociedade.

Homofobia é um preconceito existente em pessoas contra homossexuais ou a homossexualidade. A homofobia inclui também o ódio, a aversão, a repulsa, o nojo, ou seja, qualquer sentimento contra a orientação sexual. Esse termo homofobia, foi empregado inicialmente em 1971, pelo psicólogo George Weinberg. Para entender melhor, em grego “*homo*” significa “igual” e “*fobia*” significa “medo”, sendo assim fica mais amplo seu significado.

Em um sentido de profunda de repulsa, total aversão, ou mesmo sem motivo aparente, esse tipo de preconceito trata-se de uma questão enraizada ao racismo. Este medo passa pelo problema da identificação grupal, ou seja, os homofóbicos conformam suas crenças às quais se opõem radicalmente aos que não se alinham com esses papéis tradicionais que desempenham na sociedade, ainda que apenas na aparência a homofobia é um tipo de racismo, por exemplo. Muitas vezes, a homofobia parte do próprio homossexual, como um processo de negação de sua sexualidade, às vezes apenas nos primeiros momentos, outras de uma forma persistente, quando o indivíduo chega a contrair matrimônio com uma mulher e a formar uma família, sem jamais assumir sua homossexualidade.

Quando há uma consciência desse mecanismo, que pode ser elaborado através de uma terapia, que trabalha os conceitos e valores destes indivíduos com relação à orientação homossexual. Reafirmando-se em sua sexualidade, e como um mecanismo instintivo de defesa contra qualquer possibilidade de desenvolver um sentimento diferente por pessoas do mesmo sexo, os sujeitos tornam-se agressivos e podem até mesmo cometer assassinatos para se preservarem de qualquer risco. (WEINBERG, 1971).

A homofobia se manifesta de diversas formas e maneiras, em sua forma mais grave resulta em ações de violência verbal e física, podendo muitas vezes levar ao assassinato de uma pessoa. Como mecanismo de defesa de sua insegurança, estas pessoas costumam ridicularizar

e agredir os homossexuais. Casos muitos graves de homofobia levam o sujeito a fazer investidas como assassinato de homossexuais. (ALVES,2011).

O autor confirma que as causas de homofobia não são recentes, pois ganharam forma ao longo do tempo devido à incapacidade do ser humano em aceitar as diferenças e conviver pacificamente. Insultos, gestos obscenos, agressões e, até mesmo como já citado assassinatos, são algumas das consequências da homofobia. No Brasil, as manifestações homofóbicas continuam intensas, definidas como uma epidemia nacional. O nosso País registra o maior número de índice de agressões de todos os tipos sendo considerado como um dos países com o maior número de assassinatos contra homossexuais.

Os autores só vêm confirmar e, ao mesmo tempo, fazer uma crítica em como a homofobia pode ser uma consequência de regras impostas por uma classe dominante conservadora que taxa a homossexualidade como um comportamento doentio e imoral como uma anomalia para a sociedade.

Porém Foucault (1999, p.43) fala em como é visto o homossexual do século XIX, onde o mesmo diz:

O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual, mas porém como natureza singular.

Foucault(1999) afasta-se da visão de uma repressão sobre o sexo indicando que o poder sobre ele se origina da mesma forma em qualquer lugar. Ou seja, não só no Brasil, mas em todo o mundo, existe o poder que oprime, de certa forma sufoca a felicidade, a liberdade das pessoas em expressar suas escolhas, poder esse que dita as regras a serem seguidas, porém os que não as seguem são punidos severamente, são excluídos em todos os sentidos, seus direitos são negados ou negligenciados. Essa liberdade já foi conquistada, está na Constituição Federal e não impõe limites às nossas escolhas, desde que não infrinja a dignidade do outro.

Alguns movimentos contra os homossexuais são realizados em código pelo o mundo inteiro por preconceituosos, como assovios, cantos, e bater de palmas. A homofobia é considerada um forma de intolerância, assim como o racismo, o antissemitismo e outras formas

que negam a humanidade e dignidade a estas pessoas. Desde 1991, a Anistia Internacional, passou a considerar a discriminação contra homossexuais uma violação aos direitos humanos.

A Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece o dia 17 de Maio como o Dia Internacional Contra Homofobia (*Internacional Day Against Homophobia*), comemorando a exclusão da homossexualidade da classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados com a saúde (CID), da Organização Mundial da Saúde (OMS).

No Brasil, a união estável entre duas pessoas do mesmo sexo foi reconhecida pelo O Supremo Tribunal Federal desde Maio de 2011. Em certo sentido, essa decisão poderá ter aumentado as demonstrações de homofobia.

Em um relatório realizado no ano de 2013/2014, pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), a mais antiga organização brasileira de defesa da população fora da heteronorma, divulga que foram documentados 312 assassinatos de gays, travestis e lésbicas no Brasil, incluindo uma brasileira transexual morta no Reino Unido e um gay morto na Espanha. A média é de um assassinato a cada 28 horas. Um pequeno decréscimo (7-7%) em relação ao ano passado (338 mortes), mas um aumento de 14,7% desde a posse da Presidenta Dilma.

A pesquisa mostra que o Brasil continua sendo o campeão Mundial de crimes homofóbicos: o mesmo afirma que, segundo agências internacionais, 40% dos assassinatos de transexuais e travestis no ano passado foram cometidos no Brasil. Pernambuco e São Paulo são os estados onde mais LGBTs foram assassinados e Roraima e Mato Grosso onde os estados mais perigosos para esse segmento. Manaus e Cuiabá foram as capitais onde registraram mais crimes homofóbicos, sendo o Nordeste a região mais violenta com 43% de homicídios.

Os estados menos violentos foram o Acre, sem notificação de mortes de homossexuais nos últimos três anos, seguido do Amapá e do Espírito Santo, respectivamente, com 1 a 2 ocorrências. 2014 começa mais sangrento: só em Janeiro, segundo a mesma pesquisa, foram assassinados 42 LGBTs, um a cada 18 horas. (MOTT, 2013). Após décadas de pioneirismo do GGB, a Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) passou a produzir relatórios anuais com dados sobre Violência Homofóbica no Brasil, produzido pela SDH já em duas edições (com dados de 2011, lançados em 2012, e com dados de 2012, lançados em 2013), o qual constitui-se no documento mais importante sobre o cenário no país (BRASIL, 2013).

Os dados apresentados nos documentos da SDH são de fundamental importância para se avaliar as políticas públicas, no que se refere a programas de combate à homofobia, se tem realmente conseguido diminuir esse tipo de violência na sociedade brasileira. De acordo com o relatório, em 2012 foram registrados pelo poder público 3.084 denúncias de 9.982 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 4.851 vítimas e 4.784 suspeitos. (SDH/CE, 2012)

Esses dados, comparados aos de 2011, representam um aumento de 166% na quantidade de denúncias e de 47% na de violações de direitos humanos contra LGBTs, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos. Os números dos relatórios foram produzidos com base nos dados do Disque Direitos Humanos (Disque 100) da SDH, da Central de Atendimento à Mulher – Disque 180, do Disque Saúde e da Ouvidoria do Sistema Único de Saúde, além de e-mails e denúncias enviadas ao Conselho Nacional de Combate à discriminação LGBT e à Coordenação-Geral de promoção dos Direitos LGBT. (DINIZ; OLIVEIRA, 2014)

É importante ressaltar que no campo da segurança pública, os estados não têm obrigatoriedade de informar a orientação sexual, a identidade de gênero ou a possível motivação homofóbica nos boletins de ocorrência policial.

Porém, diante de tantos dados, não podemos nos calar e deixar de fazer aqui uma crítica à omissão por parte das autoridades do nosso País com relação a esses indivíduos. Por onde andam as autoridades competentes? Qual a resposta dada pra tudo isso que está acontecendo? Cadê os nossos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988, onde, em seu Art. 3º constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. E mais segundo o Art. 4º, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: “Prevalência dos direitos humanos” e “Prevalência da paz”.

O que se vê são direitos violados, preconceitos que levam muitas vezes à morte, pessoas sendo discriminadas por serem negras, por serem mulheres, e até mesmo por serem velhas e também por sua orientação sexual. Os cidadãos cobram uma resposta por parte dos responsáveis. Daí a necessidade de políticas públicas verdadeiramente efetivas e eficazes em nosso país, estados e municípios.

3.3 Políticas Públicas para a população LGBT: conquistas obtidas através de movimentos e lutas.

Segundo Silva (2003, p. 02), as políticas públicas surgem da necessidade oriunda de situações de injustiça, insatisfação e perigo apresentadas pelos atores políticos ou sociais, direta ou indiretamente interessados, que pretendem tomar parte nas decisões do governo e lutar por sua cidadania. Essas demandas são incluídas na chamada agenda governamental de forma a integrar o planejamento das ações deste governo para viabilizar a consecução da proposta para solucionar aquela situação de injustiça, insatisfação ou perigo.

As políticas públicas, no Brasil surgiram com a Constituição de 1988, também chamada de constituição cidadã por promover a cidadania por meio da democracia e de participação efetiva da sociedade civil organizada.

É fundamental a presença da diversidade em meio à sociedade, seja diferenças de crenças, valores, raças, credos e orientações. Porém, o que ocorre é a não aceitação dessas diferenças, foram se criando ideologias que sempre deixaram evidentes que os que se comportassem diferente do proposto seriam deixados de lado, sem levar em consideração as preferências sem o menor respeito e ética.

Porém, como resultado dessas diferenças, ocorreram às reivindicações buscando chamar a atenção para a existência de exclusão e violências às chamadas minorias. Daí as denúncias das quais resultaram em verdadeiras transformações sociais, dando origem às conquistas de direitos.

Em um ambiente de tamanha diversidade como o Brasil, necessita de um cuidado maior quanto à questão homossexual, com a merecida importância aos seus direitos por parte das políticas públicas e seguranças do nosso País, pois, apesar dos avanços alcançados pelos movimentos sociais, ainda há muito o que se preocupar até que essa violência seja banida da nossa sociedade.

Como diz Robert (2007, p.12), se o estado do crime pouco se interessa pela concepção do seu objeto é porque se pensa conhecê-lo com tamanha evidência que sua explicitação parece dispensável. Não se pode admitir que as autoridades do nosso país se mantenham omissas, diante de tantas crueldades e de vidas sendo ceifadas, famílias sendo destruídas.

É importante destacar que no dia 17 de Maio, a Assembleia da Organização Mundial de Saúde (OMS) aprovou a retirada do código 302.0 (Homossexualidade) da Classificação

Internacional de doenças, declarando que “homossexualidade não constitui doença, distúrbio e nem perversão”, a qual entrou em vigor entre os países-membro das Nações Unidas em 1993. Devido a essa decisão como citado anteriormente, declarou-se o dia 17 de Maio como sendo o Dia Internacional de combate à homofobia. Outra importante e grande conquista dos movimentos em prol dos homossexuais foi à orientação do Conselho de Psicologia, no sentido de que a homossexualidade não fosse diagnosticada como doença. A resolução CFP.nº001/99, em seu art.3º diz que: “os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou prática homoeróticas, nem adoção coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos, não solicitados”.

Apesar de vivermos em um país democrático, as diferenças ainda são bastantes presentes com o respeito a diferentes tipos de preconceito. Há, porém, uma mobilização cada vez maior que garantam a implantação de leis que legitimem os direitos dos homossexuais, junto à comissão de direitos humanos e órgãos Legislativo e Judiciário em todo o País. Podemos considerar também o Programa Brasil sem Homofobia um marco na luta pelos direitos homossexuais. No Brasil, 2006, o Congresso Nacional de Combate à discriminação a lei 11.303/06, denominada Maria da Penha - primeira legislação Penal a tratar a questão da violência, independente de orientação sexual. É sem dúvida um avanço muito grande, portanto repito que há muito ainda a se conquistar.

Aos poucos, o movimento LGBT cresceu e abarcou novas demandas, em Junho de 2008, na primeira Conferência Nacional GLBT – Direitos Humanos e Políticas Públicas, mudaram a ordenação das letras de uma sigla colocando o “L” à frente. (FREIRE, 2008, p. 214), a modificação do “L” na frente da sigla do movimento gay, deu-se pelo grande crescimento do movimento lésbico e pelo apoio da comunidade gay às mulheres homossexuais. No Ministério da Justiça, no ano de 2010, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) de Segurança Pública para população LGBT. Esse GT visa à efetivação de políticas de segurança pública voltadas para a população LGBTs, o qual é composto por diversas representações da sociedade civil LGBT organizada e principalmente por representantes de órgãos de segurança pública do Brasil.

A cidade de Fortaleza é uma das integrantes deste GT Nacional de Segurança Pública para LGBT. A rede tem como objetivo desmistificar a cultura de homofobia dentro das instituições brasileiras de segurança pública e desconstruir a realidade de uma cultura historicamente construída de que os profissionais da área da segurança pública são homofóbicos

no exercício da sua profissão, não tolerando homossexuais nas suas abordagens policiais e muito menos sua presença dentro da própria instituição. (FREIRE, 2014).

Foram várias as conquistas adquiridas por parte da população LBGT, dentre as quais destacamos a criação do Brasil sem Homofobia (BSH) – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual (2004); realização da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o tema Direitos Humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de LGBT em 2008; lançamento do Plano Nacional de promoção da Cidadania e Direitos Humanos dos LGBT – PNDCDH – LGBT (2009); publicação do Decreto que cria o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 – PNDH 3 (2009); criação das Coordenadorias Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos (2010) e implantação do Conselho Nacional LGBT, em 2010, com representação paritária do governo Federal da ‘sociedade civil. (MELLO; BRITO; MAROJA, 2012).

Mas não devemos pensar que, diante dessas conquistas alcançadas, tem-se conseguido contemplar todos os direitos dos LGBTs, essas políticas públicas de combate à homofobia e promoção da cidadania não resolvem todos os problemas enfrentados por essa parte da população. Devemos nos perguntar até que ponto serão capazes de responder às suas especificidades.

Ainda que existam críticas por parte do movimento LBGT, à atuação do Ministério da Saúde no que se refere ao Departamento de DST, AIDS e Hepatites virais, no tocante às ações de prevenção ao HIV específicas à população LBGT (como a diminuição do repasse de recursos para ONGs e a escassez de campanhas de prevenção, nos meios comunicação de massa), deve ser frisado que é na área da saúde que a população LBGT começa a ser alvo de políticas públicas efetivas, numa perspectiva integral e não mais só focadas no combate às DSTs/AIDS. Podemos citar como exemplo dessas ações, as conquistas recentes de direitos a atendimento médico, na rede pública de saúde, para pessoas que buscam tratamentos associados ao processo transsexualizador, Portaria nº 457, 19 de Agosto de 2008. E os avanços na definição de diretrizes para os cuidados necessários em decorrência do uso de hormônios feminizantes e de silicone industrial.

No que tange ao casamento, o legislador foi claro quando criou tal instituto, considerando-o como base da entidade familiar. Salienta-se que somente através da União Estável tem-se todos os direitos resguardados de forma plena à família. Isso pode ser

perfeitamente visto quando se lê o próprio art.226, 3º. Da CF/88, pois nele fica expresso que o legislador prefere o casamento a qualquer outra forma de instituição familiar, pois a referida união estável pode ser facilmente convertida em casamento sem maiores transtornos e com pouca burocracia. Diante disso, deveriam ser entendidos tais direitos aos homossexuais na órbita estatal, porém não configura a realização religiosa, embora existam algumas religiões que as permitam. Hoje se vive em um Estado Democrático de Direito guiado por normas e não por dogmas interpretados e estendidos a todos os cidadãos brasileiros independentemente de sua orientação sexual.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) se posicionou de maneira positiva no que se refere à união estável homoafetiva e na sua conversão em casamento, deixando claro na Resolução nº 175/2013 que todos os cartórios do país deverão aceitar a habilitação, celebração e a conversão em casamento dos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. (BRASIL, 2013).

Os direitos dos homossexuais encontraram amparo na CF/ 88, a qual tem o objetivo fundamental a promoção do bem de todos sem preconceito de sexo (art.3º, IV), bem como veda a discriminação (art.5º, caput) por qualquer natureza. Dentre as classificações da família encontraram, a família de fato, a qual, à luz do art. 226, 3º, CF / 88, ancora a possibilidade de reconhecimento da união homoafetiva como uma família. (EVANGELISTA, 2015).

3.4 Um pouco sobre a História da Parada do Orgulho LGBT: uma das mais visíveis políticas públicas da atualidade.

A Parada Gay começou nos Estados Unidos há pouco mais de quarenta anos, a violência policial motivou a manifestação do orgulho Gay em Nova York, 1969. Uma batida policial no Bar Stonewall, deu o ponto de partida para a primeira parada do orgulho LGBT do mundo. Deu-se em meio ao espancamento e prisão de várias pessoas, a qual levou 2.000 manifestantes às ruas da cidade no dia 28 de junho daquele ano. Por isso, oficializou-se o dia 28 de Junho como o dia oficial do orgulho Gay. As manifestações foram realizadas no bairro de *Greenwinch Village*, na ilha de Manhattan, onde deu início a um movimento pelos direitos civis dos cidadãos homossexuais que conseguiram vários avanços nas últimas quatro décadas. (CAPRARO; MACHADO, 2010).

Hoje se sabe que praticamente todos os países europeus e vários outros possuem suas paradas de orgulho gay. No Brasil, somente em 1978, na cidade de São Paulo, é que surge o primeiro grupo politicamente organizado para defender os interesses dos homossexuais brasileiros. Tratava-se do Grupo de Afirmação Homossexual de São Paulo (SOMOS) que se desfez em 1980. Por isso o movimento homossexual se mudou para o Rio de Janeiro, com o grupo Triângulo Rosa e para a Bahia com o Grupo Gay da Bahia. O foco das ações desses grupos era buscar apoio por parte das instituições para o combate à AIDS, inicialmente chamada de Peste Gay. Foi nos anos 90 que se permitiu uma construção de um relacionamento mais estreito entre o movimento LGBT e o Estado, em toda as esferas. A primeira década do século XXI assiste ao crescimento gigantesco do movimento. O maior exemplo desse crescimento é o tamanho das paradas Gay do país inteiro. O governo contribuiu muito através do Ministério da Cultura e Ministério da Saúde, financiando projetos que buscassem melhorar a visibilidade e a saúde da população LGBT. Observa-se que ao mesmo tempo em que o movimento cresce, pressiona o Estado e também é fortalecido por este. (URANY, 2008)

Importante salientar que as paradas de orgulho gay não são um evento folclórico e nem um carnaval fora de época, como tende a ser representado por parte de mídias sensacionalistas ou até mesmo por interesses de alguns, pois esse é um movimento de lutas por direitos e que tem ganhado bastante público nos últimos anos, cada dia mais tem crescido o número de manifestantes que abraçam a causa das lutas por direitos com relação a população LGBT.

Aqui em Fortaleza, uma das grandes conquistas foi a aprovação de projeto de lei na Câmara Municipal nº 8.211/1998 que proíbe os estabelecimentos comerciais, industriais, empresas prestadoras de serviços e similares, de discriminar pessoas em virtude de sua orientação sexual. Em 2002, foi instituído o dia do orgulho Homossexual, através da lei nº8626/2002 comemorado em 28 de Junho. Entre 2005 e 2012, houve várias iniciativas no campo do Legislativo. Em 2006, a lei nº2136, reestruturou o Regime de Previdência dos Servidores do Município de Fortaleza, como dependentes dos beneficiários parceiros de mesmo sexo. No ano de 2007, a Secretaria Municipal de Educação, editou a Portaria nº 03/2010 onde institui que o uso do nome social nas escolas, visando o combate à discriminação LGBT, autorizando que cada um se apresente à sociedade com o nome que se sentir bem. (NATIVIDADE, 2010)

Segundo informações colhidas através do site da prefeitura de Fortaleza, um dos grandes organizadores da parada de orgulho gay é o Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB) que foi

fundado em 17/03/1989, e é reconhecido como de utilidade pública municipal, pela lei Nº 7066, de 27/03/1992, o mesmo realiza lutas de forma permanente pela inclusão social dos homossexuais, através do ativismo, pela construção da cidadania e do fortalecimento da comunidade LGBT.

O grupo desenvolve diversas ações que visam: à prevenção das DST/HIV/AIDS, e o apoio a direitos as pessoas que vivem com HIV/AIDS. O GRAB realiza encontros através de reuniões com debates temáticos acerca da homossexualidade, cidadania e saúde; promovendo e/ou participando de atos públicos, palestras e oficinas sobre homossexualidade e/ou DST/AIDS em escolas, universidades, unidades de saúde e comunidades.

Dentre outras atividades que são prestadas pelo GRAB, destaca-se a assistência jurídica às pessoas afetadas por discriminação em decorrência da orientação sexual e que, por falta de recursos, hoje o mesmo só encaminha essas vítimas para o Centro de Referência LGBT Janaina Dutra, um órgão que tem a responsabilidade de planejar, articular e executar ações na área de promoção, defesa e difusão de direitos LGBT. O referido equipamento é vinculado à Coordenadoria de Diversidade Sexual de Fortaleza, onde oferece aos mesmos orientação, acompanhamento psicológico, jurídico e de Serviço Social gratuito para as vítimas de discriminação, violência e/ou omissão e lesão de direitos decorrentes da homofobia, lesbofobia e transfobia, mapeando e sistematizando os dados sobre violências contra a população LGBT na cidade de Fortaleza.

A partir do momento em que um município, como no caso de Fortaleza, propõe-se a trabalhar, dialogar, planejar e executar políticas públicas voltadas para população LGBT, é uma efetivação da garantia dos direitos fundamentais da população vulnerável, porém é preciso que haja um acompanhamento da equipe profissional envolvida, no caso os funcionários que fazem parte do Centro de Referência Janina Dutra, em Fortaleza. Meu intuito de ter ido a campo é justamente para identificar como se dá a efetivação dessas ações. Será que os profissionais envolvidos estão mesmo interessados em lidar com a causa em questão? Estão mesmo dispostos a trabalhar com esse grupo específico? Foram mesmo treinados de forma satisfatória? Isso tudo e muito mais, espero obter respostas no meu quarto capítulo após entrevistar esses profissionais que atuam junto ao Centro de Referência Janina Dutra.

4 CAPÍTULO III: O COMBATE À HOMOFOBIA E A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DE HOMOSSEXUAIS COMO COMPROMISSO DO ESTADO E DE TODA SOCIEDADE BRASILEIRA.

A inclusão da perspectiva da não-discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos para lésbicas, gays, transgêneros e bissexuais, nas políticas públicas e estratégias do Governo Federal, foram implantados (parcial ou integralmente) por seus diferentes Ministérios e Secretarias. Para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas voltadas para o combate à violência e à discriminação por orientação sexual, garantindo que o Governo Brasileiro incluiu o recorte de orientação sexual e o segmento LGTB em pesquisas. Essa defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos inclui o combate às formas de discriminação e de violência e portanto, o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira.

Em vista de uma análise, mais profunda, neste capítulo serão abordados os pontos principais de como as políticas públicas, específicas LGBT, os Conselhos e Secretarias de combate à homofobia e discriminação, vêm tratando os seus avanços e conquistas, o sucesso obtido na aplicação de programas sociais, tais como a análise das entrevistas realizadas, através de um roteiro de questões, que buscaram respostas, junto aos profissionais ligados diretamente ao combate à discriminação, e ao preconceito homofóbico.

4.1 Secretarias e Conselhos de Combate à Homofobia e Discriminação LGBT.

De forma contextual, no Plano Plurianual - PPA 2004-2007 há a definição, no âmbito do Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos, da ação denominada Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais. Com vistas em efetivar este compromisso, a Secretaria Especial de Direitos Humanos lança o Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGTB e de Promoção da Cidadania Homossexual, com o objetivo de promover a cidadania de lésbicas, gays, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais.

O objetivo principal do Programa é constituído de diferentes ações voltadas para apoiar projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia, promovendo capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual, que atuam na defesa de direitos humanos, onde há disseminação de informações sobre direitos, de promoção da autoestima homossexual e incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento LGTB.

E, para além da luta pelo reconhecimento de seus legítimos direitos civis, sociais e políticos, sua atuação tem se desdobrado em um notável engajamento no enfrentamento de graves problemas de interesse público, sendo casos exemplares de sua mobilização em torno da luta contra o HIV/AIDS no País e do combate à violência urbana. Em ambos os contextos, têm visto surgir uma eficiente parceria entre grupos GLTB e órgãos de saúde e de segurança pública municipais, estaduais e federais. (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO/MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004, p. 15)

Em 2001, Durante a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, realizada em Durban, África do Sul, o Brasil, introduziu o tema da discriminação sobre a orientação sexual em plenária, bem como um diagnóstico sobre a situação nacional e uma lista de propostas, ambos incluídos no relatório nacional. A proposta brasileira para a inclusão da orientação sexual entre as formas de discriminação que agravam o racismo foi apoiada por várias delegações, sobretudo, do continente europeu. Entretanto, não foi incorporada ao texto final da Declaração de Plano e Ação da Conferência de Durban. Dessa atitude na Conferência, o Brasil embasou força política para a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, sendo este uma das primeiras medidas adotadas pelo governo brasileiro para implementação de políticas públicas voltadas ao combate à discriminação com base na orientação sexual.

A partir desse Conselho, o Brasil oficializou e fortaleceu em muitos estados, as Secretarias e Conselhos de combate à discriminação e à violência, como destaque as principais são: em São Paulo, a Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania cria um programa chamado Conselho LGBT, que é um órgão deliberativo e consultivo; no Rio de Janeiro, o Centro de Cidadania LGBT, que lança o Programa Rio Sem Homofobia; em Minas Gerais, o Centro de Defesa da Cidadania (IJUCI), onde a prefeitura lança o Projeto BH Sem Homofobia, que tem como objetivo contribuir com o combate à violência e discriminação homofóbica no município.

O compromisso, portanto, dos Temas Transversais é com a construção da cidadania, o que implica praticar princípios éticos - respeito, solidariedade, responsabilidade, uso construtivo da cidadania, liberdade e autonomia - princípios políticos - diretos e deveres da vida cidadã. (CAMARGO & RIBEIRO, 1999, p. 47)

Em Fortaleza, houve a implementação da parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República juntamente com a Coordenadoria de Políticas para a Diversidade Sexual, que através da Lei 133/2012 institucionalizou o Centro de Referência LGBT Janaína Dutra, um serviço voltado exclusivamente, à proteção e defesa da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em situação de violência e/ou violação, omissão de direitos motivados pela questão da orientação sexual e/ou identidade de gênero.

O Centro de Referência LGBT Janaína Dutra, como executora, e por muitas vezes idealizadora dos projetos, implementou e criou vários projetos e pesquisas voltados ao público LGBT, em Fortaleza. Como exemplos, destacamos a seguir vários projetos e ações.

A Conferência Municipal LGBT de Fortaleza, onde ocorreram o envolvimento e participação de diversos setores do poder público municipal e da sociedade civil, com objetivo de promover um espaço de discussão, avaliação e proposição de políticas públicas LGBT. Na I Conferência, em 2010, mais de 250 participantes elegeram 36 delegados para a Conferência Estadual LGBT. Já a II Conferência Municipal aconteceu em agosto de 2011, contou com mais de 400 inscritos e elegeu 45 delegados para a Conferência Estadual.

Outro Projeto em destaque são os Jogos da Diversidade Sexual, que acontecem desde 2007, em parceria com a Secretaria de Esporte e Lazer (SECEL), cujo objetivo é proporcionar visibilidade e reflexão acerca da diversidade sexual, associando valores positivos, desmistificando o preconceito, através das práticas esportivas proporcionando e garantindo o acesso da população LGBT a momentos de lazer e entretenimento. Esse projeto contou com mais de 1000 participantes, entre atletas e espectadores, que acompanham os jogos disputados nas seguintes modalidades esportivas e lúdicas, tais como: futebol, futebol de campo, vôlei de quadra e de praia, basquete, handebol, carimba, jogos de tabuleiro, bate-cabelo, arremesso de bolsa e corrida de salto.

Lançada em 2010, a Quarta Cultural LGBT foi realizada em parceria com a Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor) de forma itinerante nos bairros e comunidades de Fortaleza e em todas as últimas quartas de cada mês no Anfiteatro do Parque da Liberdade. Com o

objetivo de promover a cultura do respeito à população LGBT, contribuindo para a visibilidade positiva e a valorização do trabalho de artistas que, através de suas expressões e linguagens, desconstruem o preconceito contra esta população.

Podemos destacar ainda o Programa Educação Sem Homofobia, que era ligado à Secretaria Municipal de Educação (SME), que conta com a parceria do Grupo de Resistência Asa Branca e a Fundação CEPEMA. Até o mês de junho, 120 professores haviam passado pela formação em direitos humanos e diversidade sexual. Para os alunos são realizados mensalmente oficinas e vídeo-debates.

A Juventude Sem Homofobia tem o objetivo de desconstruir preconceitos relacionados a homossexualidades e travestilidades na juventude através de debates participativos nos espaços dos jovens, momentos lúdicos e lançamento de uma campanha que fomenta o protagonismo juvenil no combate à lesbo/homo/transfobia.

As Rodas de Diálogos - Direitos Sexuais são Direitos Humanos, são ações de educação em direitos sexuais junto às escolas, às comunidades/bairros, equipes que praticam esportes e usuários(as) de equipamentos e serviços da Prefeitura, que consistem em fomentar reflexão sobre os direitos sexuais como um princípio fundamental para o desenvolvimento humano e a importância do enfrentamento às violências contra pessoas LGBTs.

O Grupo de Trabalho em Segurança Pública LGBT, cujo objetivo é conscientizar os agentes de segurança pública sobre os direitos LGBT, conta com a participação da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS), da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza (GMF), da Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) e da Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza(SDH).

Desde junho de 2010, a antiga Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) realizava o Projeto Assistência Social sem homofobia/lesbofobia/transfobia. Visa à conscientização junto aos profissionais que atuam nos equipamentos da Proteção Social Básica (PSB) e da Proteção Social Especial (PSE) da Política de Assistência Social da Prefeitura de Fortaleza.

Sendo que A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração

sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar. Enquanto A Proteção Social Básica (PSB) tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Onde fornecem subsídios teórico-metodológicos e ético-políticos para instrumentalizar os profissionais que atuam na PSE (CREAS I e II, Espaço de Acolhimento Noturno, Casa de Passagem, Centro Pop) e na PSB (CRAS), onde são coordenadas pesquisas sobre o perfil socioeconômico da população LGBT no âmbito da política de assistência social.

Em dezembro de 2008, inicialmente como Grupo de Trabalho Saúde da Mulher Lésbica, para atender a demanda apresentada pelo Movimento de Lésbicas do Ceará durante plenária do Orçamento Participativo, que se refere à “elaboração de uma publicação e criação de um kit específico para prevenção de mulheres lésbicas e bissexuais, que serão distribuídos nos postos de saúde com equipes devidamente sensibilizadas para a importância da prevenção desse segmento”.

Em março de 2010, considerando a necessidade de enfrentar a homofobia/lesbofobia/transfobia institucional, o GT se reestrutura instituindo-se como Grupo de Trabalho de Saúde da População LGBT. Tendo como principal objetivo contribuir para qualificação e humanização dos profissionais de saúde, fomentando o debate nas SRs e nas Unidades Básicas de Saúde, na perspectiva de implementação de uma política pública de saúde em sintonia efetiva com a afirmação dos princípios do SUS: universalidade, integralidade e equidade. Além de contribuir na capacitação dos profissionais de saúde, o GT vem desenvolvendo ações de mobilização, articulação intra-setorial e intersetorial com a finalidade de contribuir para desconstrução de práticas de homofobia, lesbofobia e transfobia institucionais e garantir atendimento humanizado e de qualidade à população LGBT.

Por meio das Coordenadorias da Diversidade Sexual e da Igualdade Racial (Coppir), em parceria com a Secretaria de Saúde (SMS), o projeto O Povo do Santo Promovendo Saúde e Cidadania, em parceria com a Secretaria de Saúde (SMS), por meio das Coordenações de DST/AIDS/Hepatites Virais e Saúde da População Negra, nasceu de uma demanda do Orçamento Participativo (OP) de 2007 da População LGBT. As metas são: fortalecer e

promover o enfrentamento ao racismo e à homofobia/lesbofobia/transfobia; às vulnerabilidades às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST); à intolerância religiosa e à inclusão de temáticas relativas à saúde da população negra nos barracões e terreiros onde se cultuam as religiões de matriz africana e afro-brasileira em Fortaleza.

Outros avanços nos direitos da população LGBT em Fortaleza são a Lei Municipal 9.136/2006, que concede benefícios previdenciários aos companheiros/as de servidores/as públicos municipais que são lésbicas, gays ou travestis, transformando a vida de vários/as servidores/as LGBT que antes da atual gestão não possuíam direitos previdenciários reconhecidos e garantidos pela Prefeitura de Fortaleza; Portaria nº 03/2010, que garante o uso do nome social quando travestis e transexuais forem acessar políticas públicas e matricular-se na Rede Municipal de Ensino; a Lei Municipal nº 8.626/2002 que institui o dia 28 de junho como Dia Municipal da Consciência e Cidadania LGBT; a Portaria 01/2010, da Secretaria de Assistência Social (Semas) que estabelece o direito ao uso e tratamento pelo nome social às travestis e transexuais, no âmbito dos serviços da Política Municipal de Assistência Social; a Lei Municipal 9.548/2009 que institui, na semana do dia 17 de maio, a Semana Janaína Dutra a ser trabalhada nas escolas municipais; a Lei Municipal 9.573/2009, em que o município de Fortaleza no dia 29 de janeiro instituiu como sendo o dia da “Visibilidade Trans”; a Lei Municipal 9.572/2009 – que cria no município de Fortaleza o dia 29 de agosto como o dia da “Visibilidade Lésbica”; a Lei Municipal 8.211, de 1998, que prevê punição para estabelecimentos comerciais que discriminem um cliente por conta de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

4.2 Quem foi Janaína Dutra?

O Centro de Referência Janaína Dutra, traz o nome de uma das principais militantes do movimento LGBT do país. Janaína Dutra foi registrada na certidão de nascimento com o nome de Jaime César Dutra Sampaio. Cearense do município de Canindé, tornou-se Dr. Jaime. Nascida em Canindé, no dia 08 de fevereiro de 2004, Janaína Dutra foi uma importante ativista, e líder reconhecida do Movimento Homossexual Brasileiro, ela foi a primeira travesti formada em Direito no Estado do Ceará, com reconhecimento profissional mediante retirada da carteira, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), onde já constava seu nome social, Janaína Dutra. (DIAS, 2011)

Em seu trabalho, junto ao Ministério da Saúde, foi pioneira ao desenvolver a primeira campanha de prevenção da AIDS destinada especificamente às travestis. Onde com seu empenho e liderança como membro direta da Presidência da Associação das Travestis do Ceará (Atrac), e da Articulação Nacional das Travestis (Antra) Além disso, foi co-fundadora (1999), assessora jurídica e vice-presidente do Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB).

A relação conflituosa e preconceituosa do homem moderno com a homossexualidade tem como pilar as três instituições que fundamentam a nossa sociedade: o Estado, a Igreja e a Família. Um bom exemplo da dificuldade de diálogo com o Estado pode ser encontrado na própria Constituição Brasileira, em seu artigo 15, que versa sobre as garantias e direitos individuais. O artigo afirma que todos somos iguais perante a lei, sem nenhum tipo de discriminação de cor, sexo e credo religioso, no entanto, quando analisamos as relações sociais notamos uma distinção na classificação dos cidadãos. Todos os que fogem do padrão heterossexista dessa sociedade, que tem como elemento legítimo o homem, de pele branca, com uma boa conta bancária, sofrem algum tipo de discriminação. (ABIA, 2004).

Em uma justa homenagem, além do Centro de Referência Janaína Dutra, criado em 2012, através da Lei 133/2012, o Diretor e Roteirista Vagner de Almeida, em coprodução do Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), através de um filme, conta a história de vida e luta política de Janaína Dutra. Amigos, amigas e familiares relembram fatos e momentos da vida de alguém que, com muita coragem e sabedoria, soube mobilizar resistência e a luta das travestis por seus direitos humanos.

Na luta pelos direitos humanos, na defesa das pessoas soropositivas e no entendimento de que a prostituição pode ser uma opção, mas na maioria das vezes não o é para as travestis, que carregam múltiplas inserções sociais negativas, cotidianamente, dificultando suas vidas sob todos os aspectos. Sobre sua trajetória de vida, vinda de uma família simples, de São Francisco de Canindé, cuja cidade cearense de tradição católica, na qual abundam os devotos de São Francisco, manteve a coerência entre sua religião e o respeito às diferenças. Isto é possível notar nos relatos dos familiares quando falam sobre Janaína, mas também nos relatos sobre ela e nas suas próprias exposições de sua personalidade.

Um exemplo está presente na maneira como Janaína conseguiu relacionar sua identidade. Algumas opiniões e declarações de Janaina retiradas da imprensa nacional revelam a grandeza de sua personalidade e altruísmo de seus objetivos de vida:

A adolescência das travestis: Geralmente, quando ainda estão cursando o ensino fundamental, por volta dos 13 ou 14 anos, as jovens travestis começam o processo de hormonização, depois vem a siliconização, e o preconceito. A família, principalmente aqui no Nordeste não aceita, e o garoto é expulso de casa. O único meio de vida é a prostituição. “...Costumo comparar a travesti a uma ilha, só que ao invés de estar cercada de água por todos os lados está cercada pela violência...”

Sobre a necessidade de profissionalização das travestis: “Nossa meta é melhorar a qualidade de vida das travestis. A cidadania e a busca do conhecimento são alternativas à prostituição. A prostituição um dia acaba, não é para a vida toda. Defendo uma política de cotas que garantam participação das travestis no mercado de trabalho, além de políticas públicas que obriguem as escolas a ensinar o respeito à diversidade.”

Melhorando a imagem das transgêneros: “As travestis sempre foram vistas como bagaceiras, perigosas. Esta recente campanha do Ministério da Saúde pela cidadania das transgêneros ajudará quebrar o preconceito e passar mensagem de respeito e autoestima”.

Rebatendo a homofobia da Igreja: em resposta a declaração de Dom José Tosi, Arcebispo de Fortaleza, de que o “o homossexualismo é um defeito da natureza humana, comparado à cleptomania, ao homicídio e à irascibilidade”, Janaína declarou: “tratar a homossexualidade desse maneira é negar o amor cristão, o amor sem preconceito. A Igreja peca por omissão. Pede perdão por algumas coisas e fecha os olhos para outras. A Igreja é hipócrita e se prende a um discurso dogmático, esquecendo os problemas sociais.”

Em Fortaleza, aos 43 anos, no dia 08 de fevereiro de 2004, em decorrência de um câncer no pulmão, falece o advogado Jaime César Dutra Sampaio, mais conhecido pelo nome de Janaína Dutra. Seu corpo foi velado na sede do Grupo de Apoio Asa Branca (GRAB) e foi sepultado às 14h em sua cidade natal de Canindé. Janaína foi imbatível no discurso e na sua popularidade com o movimento LGBT.

4.3 Centro de Referência Janaína Dutra: origem e papel social de lutas e conquistas.

O Centro de Referência Janaína Dutra, localizado na cidade de Fortaleza, no endereço: Rua Pedro I, s/n, no bairro Centro, tem horários funcionamento de segunda a quinta-feira, das 8h30 às 12h30 e das 14 às 17h. O prédio, que foi cedido pela Prefeitura de Fortaleza, tem uma estrutura física básica, com computadores, birôs, mesas, armários e ar-condicionado, que funcionam com duas salas de atendimento individual, onde ficam a psicóloga e as assistentes sociais, as quais se revezam entre um atendimento e outro; em outra parte fica a secretaria, onde ficam arquivadas as fichas de pré-atendimento e demais documentação.

De forma geral, a estrutura apresenta um bom padrão de conforto, tanto para usuários quanto para os funcionários. Cabendo ressaltar em meu ponto de vista pessoal, que caberia a esse equipamento uma melhor estrutura, que desse um suporte bem mais amplo e competente ao público alvo dos atendimentos, como por exemplo ambientes mais reservados, pois pelo que ficou constatado, tanto o pré-atendimento quanto os acompanhamentos posteriores são feitos em um ambiente semiaberto, separado apenas por divisórias de estilo comercial. Onde caracteriza a falta de investimento, por parte dos órgãos responsáveis, em prol do próprio funcionamento adequado desse equipamento tão importante.

Apesar dos aspectos físicos e de estrutura desfavoráveis ao atendimento, o referido Centro em seu último relatório de 2015, fornecido com base de dados referentes a 2014, apresentou uma análise da experiência do serviço de atendimento psicossocial e jurídico. Este serviço objetiva oferecer acompanhamento interdisciplinar para as vítimas de discriminação e violência, motivados pela orientação sexual e/ou identidade de gênero, assim como articular e consolidar a Rede de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos LGBT.

Amparado através do Disque 100 (Disque Direitos Humanos do Governo Federal), e do Disque Direitos Humanos do Município de Fortaleza (0800.285.0880), o público LGBT procura o Centro de Referência, principalmente para promover processos contra violadores de seus direitos. Os casos que não têm resolutividade pelos profissionais do equipamento são encaminhados para as Defensorias Públicas Estadual e Federal e demais órgãos públicos que fazem parte da Rede de Atendimento. O acompanhamento é feito de modo individual e familiar através de visitas domiciliares, onde também são averiguadas as denúncias.

Embora os serviços do Centro de Referência Janaína Dutra sejam voltados para casos de discriminação e violência, muitas pessoas procuram-no para outras orientações psicossociais, por exemplo: informações sobre casamento e união estável, aluguel social, informações sobre prevenção às DSTs/Aids e Hepatites Virais, sobre os Grupos de Estudos e Grupos de Convivência, e também sobre mudança de registro para adequação do nome social, houveram casos de usuários que perguntaram sobre entidades religiosas cristãs que aceitam a população LGBT, de como é o acolhimento dessas igrejas chamadas de “Igrejas Inclusivas”, porém, sempre ressaltando o respeito ao princípio do Estado Laico, como também à livre expressão religiosa.

As seguintes informações de domínio público, sobre o perfil de atendimentos realizados no Centro de Referência Janaína Dutra, foram coletadas através de relatório emitido em 2015,

com base no dados de 2014, diretamente no site da Prefeitura de Fortaleza, fornecidas pela Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos e com apoio e colaboração da Coordenadoria de Políticas para a Diversidade Sexual.

O Centro também realiza encontros educativos de promoção e orientação aos usuários, como os Grupos de Estudos, que realizaram 09 (nove) encontros com a participação de 139 pessoas, entre elas professores, universitários, servidores, além dos usuários de outras políticas e sociedade civil. Nesses encontros são tratados temas tais como: gênero e sexualidade, para discussão teórica, apresentação de artigos científicos, aproximando os acadêmicos e professores, a sociedade civil com a política pública LGBT.

Durante o ano de 2014, foram realizados 812 (oitocentos e doze) atendimentos presenciais e orientações por telefone. Sendo assim, alcançaram uma margem de aproximadamente 68 (sessenta e oito) atendimentos mensais. Os serviços foram prestados a 676 (seiscentos e setenta e seis) usuários. Desse número de atendimentos, podemos destacar que 58% são do sexo biológico macho; 42% são do sexo biológico fêmea.

Os atendimentos quando à identidade de gênero, atingiram uma relevante equivalência entre masculino e feminino a 41% dos usuários atendidos relataram ter identidade de gênero feminino, compreendendo 63 usuárias (usuários identificados). Enquanto 35% se auto afirmaram com identidade masculina. Não somente essas identidades foram percebidas, mas outras apareceram fortemente no cenário dos atendimentos, tais então, apenas 8% são travestis, 13% se identificaram como transexuais femininas e 2% transexuais masculinos. Houveram também um dado relevante: 1% não se identificou com nenhuma identidade de gênero.

Após análise preliminar desses dados, o Centro de Referência pôde constatar que houve um crescente aumento no número de transexuais femininas e/ou transmúlheres. Onde há uma procura mais intensa dos transhomens ou transexuais masculinos, reverberando no aumento da visibilidade dessa categoria identitária.

Segundo João W. Nery (2014):

Que foi o primeiro Transexual assumido no Brasil, essa nova nomenclatura do termo transhomem “é uma das muitas classificações dentro das transidentidades, sendo uma autodesignação adotadas por pessoas que “nasceram mulheres”, ou melhor, designadas como tal a partir do nascimento ou ainda no período de gestação, no entanto, identificam-se como homens. Além desse termo, são também utilizados: homens, trans, FTM (*femalito male* – de mulher para homem), homens transexuais, transmen e transmasculinos”.

Desse número, houve um ligeiro aumento desse público que esteve próximo do equipamento, com firmeza e convicção de suas identidades, fortalecendo o aspecto político da identidade do público LGBT em Fortaleza. Números esses que são confirmados quanto à Orientação Sexual, verificou-se que 21% se auto afirmaram heterossexuais, 76% homossexuais, 38% lésbicas, 38% gays e 3% se identificaram enquanto bissexuais. Observou-se ainda que, entre as transmulheres, 20 delas (13%) se autodeclararam heterossexuais, enquanto somente 01 transexual feminina se identificou como homossexual. Na questão da transexualidade masculina, os 03 homenstrans atendidos pelo equipamento houve uma divergência quanto à orientação sexual: 01 se declarou homossexual, 01bissexual e 01 como heterossexual.

A esse respeito Louro (LOURO, 1997, p. 25), afirma que “compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias. Assim, o sentido de pertencimento diferentes grupos étnicos, sexuais, de classes e de gênero, etc. constitui o sujeito e pode levá-lo a se perceber como se fosse “empurrado em diferentes direções”.

A construção social da sexualidade é sustentada e mantida pelos processos de socialização realizados nos diferentes ambientes e por meio dos discursos (re)produzidos, entre eles o escolar. Nota-se, então, uma forte resistência a contestações, mudanças ou “transgressões” sociais e argumentações do tipo “sempre foi assim, é assim que deve ser” são frequentes e comuns. Nesse processo, firmou-se um saber sobre a sexualidade em que qualquer expressão da mesma que fuja aos padrões heterossexuais e “naturais” é considerada anormal (FOUCAULT, 1988; BUTLER, 1999; WEEKS, 1999).

4.4 Dados Quantitativos: Centro de Referência Janaína Dutra.

Através do trabalho articulado, o Centro de Referência Janaína Dutra, juntamente com outros serviços governamentais e ONGs, fortalece uma rede de atendimento. As principais demandas são encaminhadas para os CAPS, principalmente para casos que demandam atendimento psiquiátrico; Casas de Apoio; Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); Unidades Básicas de Saúde (UBS); Hospitais Municipais. E de importantes parceiras como, o Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB) e o Programa Vira Vida do SESI.

A principal porta de coleta de dados no Centro de Referência Janaína Dutra, se dá diretamente, pelo Serviço Social, onde são feitas apurações preliminares de informações dos

usuários, como simples coleta de informações pessoais acerca de: Nome e idade, tais como ainda: Perfil Socioeconômico e Cultural; Tipo de Violência e/ou Violação de Direitos.

Durante esse momento, a Assistente Social, ao identificar os motivos e tipo de denúncia que envolve a pessoa LGBT, executa os procedimentos internos para o encaminhamento e acolhimento, seja esse, ao setor jurídico e/ou setor de psicologia, onde são feitos os procedimentos emergenciais e/ou o acionamento imediato para a rede de assistência social.

Durante desse trabalho de acolhimento, e recolhimento de informações preliminares dos usuários, dados esse coletados, analisados e divulgados pelo Relatório Anual do Centro Janaína Dutra, referentes a 2014, no ano de 2015. Dados esses importante ressaltar e lembrar como provas do trabalho do Centro de Referência e que também ajudam a entender melhor a complexidade do perfil do público LGBT no Ceará.

A identificação de raça/etnia, há um maior índice de usuários negros (42%), havendo uma divergência com a raça branca (21%). Há um número considerável de pessoas que não se identificam enquanto negras nem brancas e se autodeclaram pardas (35,5%). Uma etnia ainda pouco identificada é a indígena com 1,5%. No que concerne à religiosidade e orientação espiritual, há uma predominância da religião católica (60%), seguido por 13,5% de evangélicos, 7% de umbandistas, 4,5% da doutrina espírita, 2% protestantes e 2% cristãs. 9% dos usuários afirmaram não ser de nenhuma religião e 2% são ateus.

Quanto à Territorialidade; verificamos que há uma equivalência no número de usuários atendidos pertencentes às Regionais II e VI, com 17% cada, como também às Regionais I e Centro, com 11% cada. Para as demais, 12% são da Regional IV, 6% da III e 21% da V. Embora a área de atuação seja apenas o município de Fortaleza, o CRLGBT prestou os devidos atendimentos, possíveis encaminhamentos e orientações para usuários da Região Metropolitana, totalizando 5% dos usuários; quanto à Faixa Etária, a maioria dos usuários atendidos pelo CRLGBT Janaína Dutra são cidadãos e cidadãs entre 14 e 15 anos (1%), 26% entre 16 e 29, seguido de 28% de pessoas de 30 a 39 anos, 31% entre 40 e 49 e 14% de pessoas de 50 a 59 anos.

Quanto à Escolaridade; o público LGBT atendido tem o Ensino Fundamental incompleto com 20%, Ensino Fundamental completo (19%) e Ensino Médio incompleto (2%). O maior percentual é de pessoas com Ensino Médio completo (31%). Por sua vez, Ensino Superior incompleto registra 12%, Ensino Superior completo (14%) e Pós-Graduados (2%);

Quanto à Renda Individual; os usuários atendidos pelos CRLGBT, a maioria (correspondendo a 44%) ganha até um salário-mínimo. 25% não possuem renda, 15% têm renda de um a dois salários-mínimos, 10% de dois a quatro salários-mínimos e 6% têm renda de quatro ou mais salários-mínimos por mês. Quanto à Renda Familiar, pertencem à classe E (72%), 26% da classe D e 2% classe C. Nenhum usuário das classes B e A procurou os serviços do Centro.

4.5 Análise Comparativa de Atendimentos – 2013 x 2014.

De 2013 à 2014 verifica-se um acréscimo de 6% em relação ao ano anterior. No que se refere às denúncias do Disque 100, representando uma diminuição no registro de aproximadamente 50%. Já no Disque Direitos Humanos (DDH), houve um acréscimo de 200% nos registros, como também as denúncias presenciais obtiveram um percentual de acréscimo de 59%. As denúncias/casos acompanhados com visitas técnicas aumentaram em 43%. Nas denúncias/casos que não têm resolutividade pelo CRLGBT e são encaminhados para a rede ocorreu uma diminuição considerável de 50%.

Outro fato que chama bastante atenção são os números em relação ao Tipo de Violência/ Violação de Direitos sofridos pela população LGBT em Fortaleza, sendo 2% violência sexual, 37% violência psicológica, 9% violência institucional, 2% violência física e 50% discriminação por identidade de gênero e/ou orientação sexual.

Nestes casos, o encaminhamento à rede, com o auxílio da Defensoria Pública e do Ministério Público, é feito de forma prioritária, pelo Centro Janaína Dutra. As agressões físicas e psicológicas perpetrados por familiares e/ou conjugais; constrangimentos em locais públicos e privados, tanto quanto à orientação sexual e/ou identidade de gênero, lideram os encaminhamentos e denúncias.

Em vários casos, o atendimento jurídico se complementa ao atendimento do Serviço Social e psicológico, mostrando o quanto é importante o atendimento interdisciplinar e as reuniões de equipe; disponibilidade de transporte para visitas domiciliares e institucionais para acompanhamento de referência e contra-referência; sensibilização dos agentes públicos e/ou privados no combate à lesbo-homo-transfobia por meio de palestras, oficinas e debates; e a colaboração de outros agentes da rede de proteção, tais como Defensoria Pública do Estado do Ceará. Somados assim, o Centro de Referência LGBT Janaína Dutra vem buscando, além de quantificar, demonstrar de forma clara e visível, em números, os atendimentos prestados, e o

valor social que essa instituição representa no combate e esclarecimento à Homofobia na cidade de Fortaleza.

4.6 Pesquisa de Campo: o olhar dos profissionais.

A primeira entrevistada é a Assistente Social que desempenha o papel de Coordenadora do Centro de Referência; a segunda entrevistada é também Assistente Social que tem como função o acolhimento das demandas; a terceira entrevistada é Assessora Jurídica, que é advogada e é responsável pelas orientações e encaminhamentos jurídicos.

Segundo Ludke e André (1986), para realizar uma pesquisa é preciso promover um confronto entre o dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele. Trata-se de construir uma porção do saber. Esse conhecimento é não só fruto da curiosidade, da inquietação, da inteligência e da atividade investigativa do pesquisador, mas também da continuação do que foi elaborado e sistematizado pelos que já trabalharam o assunto anteriormente. Partindo desse princípio, a primeira entrevista foi realizada no dia 10 de maio de 2015, presencialmente e diretamente, à coordenadora e Assistente Social do Centro de Referência Janaina Dutra, onde contei com o auxílio de um roteiro de questões pré-formulados, que buscava esclarecer e analisar as políticas públicas que estão sendo efetivamente aplicadas sobre a referida instituição pesquisada.

De forma inicial, a entrevista foi previamente agendada por meio do ofício nº 0023/15, encaminhado diretamente ao Sr. Jorge Pinheiro, Coordenador de Diversidade Sexual de Fortaleza, que é responsável direto pelo Centro de Referência Janaína Dutra, e confirmado posteriormente. Em caráter de investigação preliminar, questionei à Assistente Social: Qual seria a sua respectiva função na instituição? E sobre qual é a sua forma de contratação e a dos funcionários que lá prestam serviços à referida instituição:

Através de análise de curriculum e perpassa pelo gabinete da Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos. Ainda não houve uma seleção, nem concurso, e através de curriculum, terceirização e contratação de empresa. (Assistente Social, 2015)

A função de Assistente Social nesse equipamento ficou bastante clara logo nos primeiros minutos da entrevista, por se tratar de um cortejamento entre cumprimentos pessoais

e apresentações. Ao ser indagada sobre as formas de contratação, também foi deixado claro, que é realizado por meio de curriculum e essa análise curricular, é feita pela Secretaria de Direitos Humanos.

Porém, vale salientar que o serviço público possui apenas duas formas legais de contratação de mão de obra: através de concurso público e através de necessidade temporária. Sendo concurso público, a regra na forma de contratar e a falta de concurso público apenas em necessidade temporária, que é a exceção à regra, onde o trabalho temporário é o serviço prestado por pessoa física para atender à necessidade transitória e excepcional. Em regra, segundo o Tribunal Regional do Trabalho, o contrato temporário tem que ser obrigatoriamente escrito e especificamente declarado um tempo determinado, que pode alcançar não mais que dois anos. Sendo de responsabilidade do município contratante o recolhimento de INSS, e se houver o devido percentual de Tributação de Imposto de Renda. (PÚBLICO, 2013)

Atualmente, existe um Projeto de Lei Complementar, de autoria de Roberto Cláudio, atual Prefeito de Fortaleza, encaminhado à Câmara Municipal, onde trata do tempo de contratação de terceirizados pela prefeitura de Fortaleza. O projeto nº 0063, protocolado no dia 30 de outubro de 2013, estabelece que a Administração Municipal possa contratar pessoal por tempo determinado de 12 meses, prorrogável por igual período uma única vez. (PÚBLICO, 2013)

O Centro de Referência LGBT Janaína Dutra, além de sua responsabilidade social, tem como objetivo articular e executar ações na área de promoção, defesa e difusão de direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT's), onde pesquisa e contribui para o mapeamento, por orientação sexual e identidade de gênero, seu público alvo, LGBT. Sobre os projetos desenvolvidos pela Coordenadoria de Diversidade Sexual direcionadas à população LGBT na cidade de Fortaleza atualmente, a Assistente Social relata:

Além de fazermos um sensibilização com esses profissionais, estamos em fase de implantação e execução de dois grandes projetos dentro da Coordenadoria da Política de Adversidade que [e a capacitação] ao dos profissionais que trabalha na Cetras na parte de acolhimento, na parte dos CRAS e CREAS, como também dentro dos equipamentos da educação, com a capacitação com os núcleos de gestores e formação de multiplicadores para os professores, educadores que trabalhe a questão da diversidade sexual dentro da sala de aula, respeitando o nome social, respeitando a identidade de gênero da população LGBT no âmbito escolar. (Coordenadora/Assistente Social, 2015)

Sampaio e Araújo Jr. (2006, p. 341) afirmam que a política em si caracteriza-se como o diálogo entre sua formulação e sua implementação, ou seja, “a interação entre o que se propõe executar e o que se realmente executa”. A formulação de políticas públicas deve ser compreendida, então, nos termos de Souza (2003, p.13), como o processo por meio do qual “os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real”, possuindo impactos no curto prazo, mas tendo como horizonte temporal primordial o longo prazo. Os maiores entraves à compreensão dos impactos das políticas públicas sobre a vida das pessoas está na dificuldade de elaboração e/ou acesso a indicadores de sua efetividade, ou seja, em que medida os objetivos e metas que orientaram sua formulação têm sido alcançados. Nesse contexto, questioneei a profissional quais os impactos que ela poderia apontar como alcançados com essas ações desenvolvidas pela Coordenadoria:

Nós trabalhamos em defesa dos direitos humanos que são negados ou violados à população LGBT, nós trabalhamos pela demanda espontânea, pelas denúncias do Disque 100 e Disque Direitos Humanos do município de Fortaleza, com averiguação dessas denúncias e também com demandas espontâneas quando procuram o Centro de Referência. Dentro do nosso equipamento nós trabalhamos com toda uma rede de proteção, nós não funcionamos sozinhos, ...nada sozinhos... quando chega um usuário aqui dependendo da demanda dele nos acionamos a Defensoria Pública, Ministério Público; Juizado de Pequenas Causas, Delegacias, e depois fazemos o encaminhamento, para equipamentos da saúde, hospitais, CAPS, para os equipamentos da assistência social, então a gente tem um link de trabalho nós não ficamos separadamente, a gente está buscando as parcerias e fortalecimento da rede. (Coordenadora/Assistente Social, 2015)

Esse importante equipamento social direto, através do Disque Direitos Humanos e do Disque 100, é um dos principais canais de comunicação da Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza, tem serviço de atendimento telefônico gratuito, que funciona 24 horas por dia, nos 7 dias da semana. Todas as denúncias recebidas são analisadas, tratadas e encaminhadas aos órgãos responsáveis, inclusive ao Centro de Referência Janaina Dutra. Por sua natureza de instância de diálogo e registro de manifestações da população, tem se consolidado como um importante instrumento de dados estatísticos sobre violações de Direitos Humanos e o público LGBT tem buscado a cada dia tornar essas informações públicas para pesquisadores e interessados.

De forma prática, os prestadores de serviços e o funcionalismo público efetivo de Fortaleza não contam ainda com um processo de qualificação profissional contínua. O que

ocorrem são processos aleatórios, prioritariamente para os professores da rede pública municipal, os cursos e treinamentos aos professores sempre ocorrem em parceria com a Secretaria de Educação e convênios firmados, em caráter temporário, e tem como o articulado o Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos (IMPARH), esses convênios são firmados entre o Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE); Universidade Estadual do Ceará (UECE) e/ou Universidade Federal do Ceará (UFC).

O IMPARH atualmente é o único equipamento que atua diretamente na práticas administrativas e promove mudanças estratégicas nos órgãos municipais, estaduais, federais, mediante a prestação de serviços, consultoria e assessoria institucional de modo a elevar a capacidade gerencial de métodos e práticas da gestão de políticas públicas e institucionais, produzindo e disseminando tecnologias gerenciais e experiências inovadoras em gestão, mapeando e desenvolvendo potenciais, habilidades, talentos e vocações do capital humano.

No dia 02 de abril de 2014, foi firmado um projeto de execução de obras e reformas no IMPARH, que o transformará em um novo Centro de Qualificação do Servidor Municipal, onde serão feitas as atividades de formação de servidores municipais. O espaço irá formalizar o IMPARH, como Escola de Governo da Prefeitura. A esse respeito, perguntei como se dá a qualificação/capacitação da equipe técnica para atuar junto à população LGBT. A profissional respondeu:

Oferecendo oficinas, rodas de conversa, nos encontros pedagógicos, nós estamos também fazendo essa sensibilização e nós temos também aqui dentro da coordenadoria com um profissional que forma uma equipe de mobilização que está indo nas comunidades, agentes fazendo visita ao povo santo em todos os terreiros pra que divulguem o Centro de Referência Janaína Dutra, essa legislação, estamos num processo de formação de grupos de convivência dos CCDH, pra se trabalhar a população LGBT para trabalhar as comunidades para se discutir essa questão do respeito, do combate a homofobia porque se nós não estivermos em constante processo de divulgação e sensibilização, nós não vamos atingir o objetivo de diminuir o preconceito porque somente através desse trabalho educativo, de trabalho de mobilização é que nós vamos sensibilizar a população, porque a população que infelizmente eu vejo que a nossa população há a tolerância a todas as questões da sexualidade, das questões religiosas, da questão da raça está muito à flor da pele, essa intolerância, hoje está acontecendo por qualquer coisa você ver os crimes, você ver os absurdos que acontecerem todos os aspectos, inclusive antes de ontem foi a questão da deputada que foi altamente distratada na Câmara dos Deputados, por ser mulher e está ocupando um cargo público onde o colega disse que se ela batia como homem tinha que apanhar como homem, há a falta de respeito à mulher. Ainda uma resistência muito grande isso é um processo de construção. (Coordenadora/Assistente Social, 2015)

Como prova dos resultados obtidos diretamente ao público LGBT, o Centro de Referência LGBT Janaína Dutra, divulgou relatório, conforme já mencionado, onde apresenta uma análise das experiências e dos serviços prestados de atendimento psicossocial e jurídico, sendo vinculado à Coordenadoria de Políticas para Diversidade Sexual da Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Esse relatório demonstrou um de seus dados mais promissores, em que ressaltava um evento ocorrido nos meses de maio e junho de 2014, com a grande procura pelo casamento civil coletivo LGBT, realizado pela Prefeitura de Fortaleza no dia 7 de junho de 2014. Em outubro, também foi registrado um grande aumento da procura pela formação do Grupo de Estudos em parceria com o Multiversos/UNIFOR. Assim, tem se provado que as ações desenvolvidas pela Coordenadoria tem diminuído a homofobia, e procurado por meio de trabalhos de conscientização bons resultados, como afirma a entrevistada:

Nós achamos que sim, pra isso estamos respondendo aos poucos, sim nosso público atende um perfil, por exemplo: recebemos uma denúncia de uma menina que, é travesti, e ela estudava em um escola a qual não usava o nome social e não deixavam ela usar o banheiro feminino, então nós fizemos um trabalho na escola, com um grupo de professores, com o grupo administrativo e com os funcionários de toda a escola, conseguimos com que ela fosse chamada pelo nome social e começasse a usar o banheiro feminino, então a medida que a gente fez esses trabalho, também o acompanhamos e aqui as pessoas que nos procuram tem também o acompanhamento, além da gente fazer a averiguação da denúncia, da orientação jurídica, ele também tem o acompanhamento psicológico com um atendimento breve local, uma terapia rápida e se o profissional de psicologia sentir a necessidade de fazer o encaminhamento, isso também é feito. (Coordenadora/Assistente Social, 2015)

A prestação de serviços públicos abrange setores essenciais para a sociedade. Nas diferentes esferas governamentais, seja Municipal, Estadual ou Federal, a prestação desses serviços mobiliza milhares de trabalhadores, vistos como agentes de transformação a serviço da cidadania. É perceptível que a administração pública reage de forma lenta e insatisfatória às mudanças econômicas e sociais que se processam à sua volta, tornando mais acentuadas suas distorções e ineficiências. Isso vem refletindo de forma negativa à imagem do serviço público, tendo em vista que geram sentimentos de desestímulo às mudanças que são como melhorias no serviço público, voltados principalmente ao atendimento direto.

É fato claro que o Serviço Público no Brasil tem muito a melhorar, em especial os serviços prestados pela Coordenadoria de Políticas para a Diversidade Sexual, essas melhorias

necessitam de um empenho político fundamental. Recentemente, em uma notícia divulgada no Jornal O Povo, no dia 26 de março de 2015, houve uma cobrança de ação de política em defesa da população LGBT. A notícia cobra diretamente o atual Governador do Ceará, Camilo Santana, pelo funcionamento efetivo da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para LGBT, um projeto que ainda não saiu do papel, e que teria como função executar e planejar todas as ações voltadas exclusivamente ao público LGBT no Ceará. Segundo o Partido Verde (PV), que acompanha esse projeto, existe uma necessidade urgente da retomada dos trabalhos ligados às política de prevenção à violência que atinge os LGBTs, pois existe um aumento considerável de denúncias, que não vêm sendo apuradas, devido à falta de estruturação mais adequada desse equipamento social em questão, o que resulta em um descaso pelo atual Governo Estadual do Ceará. Questionada, a Assistente Social entrevistada avalia o que deveria mudar em relação aos serviços prestados pela Coordenadoria:

Muito precisa ainda ser feito no fortalecimento da política num todo, a nível nacional a criação de um sistema para codificação dos crimes por homofobia, agora com as portarias, foi que essas resoluções de conselho e que já coloca que quando for no registro de boletim de ocorrência de qualquer natureza, já tipifique-se o crime for por homofobia ou não, que até antes não tinha. No ano passo o IBGE, começou a fazer o recenseamento das pessoas por questão da sexualidade, da identidade de gênero, que até então não tinha. Então agente busca dentro de outras políticas fazer um trabalho de sensibilização e mobilização para que as pessoas tenham conhecimento dessas políticas, que é uma política nova, e em fase de construção. E é muito carente. Ela caminha quase igual com a política da mulher, só que a política da mulher já teve vários avanços, enquanto a política LGBT, ainda está em fase de construção, muitos governantes, muitos gestores não tem interesse nessa política, porque nós sabemos que ainda existe dentro do contexto político e social do nosso país fundamentalistas, ruralistas, então a assim quando passa para essa questão social ainda fica muito a desejar. (Coordenadora/Assistente Social, 2015)

Durante a entrevista realizada diretamente à Assistente Social, foi tentado verificar quanto e como os recursos financeiros são repassados ao Centro de Referência, porém os pedidos de materiais, que forem necessários, são feitos pela Secretaria Executiva do referido Centro, que por sua vez encaminha os pedidos através da Coordenadoria Executiva de Políticas para a Diversidade Sexual, ambos diretamente subordinados à Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos de Fortaleza, que tomam por conhecimento e prestam conta dos recursos que são utilizados direta ou indiretamente pelo Centro de Referência Janaina Dutra. Além disso, materiais publicitários utilizados em projetos, transportes para a realização de visitas

domiciliares, nesse aspecto o Município tem se responsabilizado na garantia dos recursos para realização dos mesmos, assim como relatado em entrevista:

No Centro de Referência não trabalhamos com parte de gerenciamento de recursos mais assim todas as nossas demandas, todas as nossas solicitações de material de tudo agente tem esse subsídio sim, temos o transporte para fazermos visitas, fazer o acompanhamento, nós temos o material informativo, o material para ir para as *blitz* para informação nós temos os eventos que acontece nas semanas temáticas. Inclusive esse mês é, o mês do Centro de Referência que é intitulado “A Semana Janaína Dutra”. (Assistente Social, 2015)

Questionei ainda se a profissional se sente preparada para atuar com o público em questão. A mesma demonstrou ser uma profissional extremamente capacitada, ética e compromissada, e me passou bastante segurança em suas afirmações. Nesse mesmo momento, ela também falou a respeito da qualificação desses profissionais que atuam no combate à homofobia.

Me sinto sim, desde o momento que sou Assistente e Pedagoga, eu aprendi que os meus conceitos e crenças, quando eu estou atuando tenho que me despir deles, eu tenho que atender e respeitar todo o histórico da pessoa que está procurando o serviço... e isso sempre exerci em qualquer trabalho esse pensamento, e qualquer trabalho que eu execute, tanto faz no serviço LGBT. (Coordenadora/Assistente Social, 2015)

O Conselho Nacional de Combate à Discriminação e promoções dos direitos de lésbicas, gays, travestis e transexuais (CNCND/LGB) estabeleceu parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais nos sistemas e instituições de ensino. Com a medida, deve ser garantido àquelas e àqueles que o solicitarem, o direito ao tratamento oral exclusivamente pelo nome social, em qualquer circunstância, não cabendo qualquer tipo de objeção de consciência.

A decisão também determina que o campo "nome social" deve ser inserido nos formulários e sistemas de informação utilizados nos procedimentos de seleção, inscrição, matrícula, registro de frequência, avaliação e similares. (PORTAL BRASIL, 2015). A esse respeito a Assessora Jurídica, que iniciou com sua apresentação pessoal e cargo ocupado, nos relata em como as políticas públicas ainda são pouco eficazes nesses sentidos e também ressalta como a homofobia é um preconceito velado e silencioso:

Eu sou Assessora Jurídica minha função e basicamente direcionar as demandas as pessoas vindo com essas demandas pra os órgãos competentes por exemplo a gente trabalha com a defensoria com retificação de registro civil, nome social que já e em qualquer posto de saúde, ou juizado civil ou criminal e mais ou menos isso, eu não posso peticionar eu só oriento, ou seja a minha função e só de orientação. (Assessora Jurídica, 2015)

A Constituição Federal brasileira não cita a homofobia diretamente como um crime. Porém, define como objetivo fundamental da República no art. 3º, parágrafo IV, que diz: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, ou quaisquer outras formas de discriminação”. A palavra homofobia está inclusa no item “outras formas de discriminação” sendo considerada crime de ódio e passível de punição.

Como um exemplo recente através da Lei Estadual 10.948/2001, o estado de São Paulo estabeleceu diferentes formas de punição a diversas atitudes discriminatórias relacionadas aos grupos de pessoas que têm manifestação sexual perseguida por homofóbicos e intolerantes. Atualmente está em tramitação no Congresso o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/2006 que tem como proposta a criminalização da discriminação gerada por diferentes identidades de gênero e orientação sexual. (FAPESP, 2015) Sobre isso a Assessora Jurídica afirma:

Às vezes e não e só você verbalizar, porque se eu sou sua amiga ai falar brincando algum xingamento e diferente de por exemplo você está em estabelecimento comercial e alguém te xingar tipo de “viado” ou “sapatão” Isso e uma violação de direitos porque isso e uma agressão verbal, mas também isso e uma violência psicológica ... a pessoa pode dizer eu não sou mais homofônica mas e. Mais assim exatamente por uma dimensão subjetiva e que ela e violenta, novamente voltando pro que está implícito pro que não e dito pro que está silenciado isso e muito mais grave e uma violência na minha opinião muito mais grave, porque está escondida do que aquela que está exposta. Por exemplo, a relação de poder está em tudo e são hierárquica no sentido de maior e de melhor... a homofobia não e crime então as pessoas não dão tanta importância a esse tipo de violação. Mas o interesse social e esse clamor social faz com que isso um dia vá se tornar crime. (Assessora Jurídica, 2015)

Conforme evidenciado no capítulo III, um grande avanço foi feito pelo Governo Federal, que formalizou no dia 10 de fevereiro de 2015 a criação da Comissão Interministerial de Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). O grupo é composto por representantes das Secretarias de Direitos Humanos (SDH),

de Políticas para as Mulheres, da Secretária-Geral da Presidência e dos Ministérios da Justiça e da Saúde.

A comissão instituída será coordenada pelo Departamento de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República. A Portaria de criação do grupo foi publicada na edição do dia 10 de maio de 2015 no Diário Oficial da União. Com a criação dessa comissão interministerial, as ações dos cinco ministérios nas áreas de prevenção, enfrentamento e redução das diversas formas de violência contra a população LGBT poderão ser integradas. De acordo com a SDH, o grupo interministerial também vai permitir o acesso a dados sobre estatísticas e o perfil dos crimes contra a população LGBT. (AGÊNCIA BRASIL, 2015)

Em Fortaleza, o papel desenvolvido pela Coordenadoria aponta como positivos as suas ações desenvolvidas no combate à homofobia. Assim relatado em entrevista direta, a Assessora Jurídica do Centro Janaína Dutra:

A criação das leis por exemplo a lei orgânica do município e importantíssima, Por exemplo 8.211/98 a que proíbe os estabelecimentos comerciais, industriais, empresas prestadoras de serviços e similares, a discriminarem pessoas em virtude de sua orientação sexual ... porém essa e uma lei a qual a sanção dela e muito ineficaz se vocês verem e uma advertência um pagamento de não sei quantos UFIRs , eu acho a sanção dela pouco eficaz na realidade teria que ser algo mais agressivo mais agressivo no sentido da sanção da eficácia dessa lei no que tange... quando mexe geralmente no bolso ai sim já e mais agressivo. É uma política que vem se desenvolvendo lentamente por exemplo em se tratando da cidadania das pessoas com a questão do nome social por exemplo na minha opinião pessoal o nome social tem que ser provisório e só enquanto a gente não entra com ação de recurso de retificação de registro civil porque o nome social e o que a Berenice bem fala que e uma cidadania precária. E muito pouco mais e o que nós temos, enquanto ele e muito pouco ele e muito e o que se tem essa falta de vontade política e tão clara que e um pinga-pinga, assim eu te dou mais eu te dou bem pouquinho isso e o que se chama e cidadania precária. (Assessora Jurídica, 2015)

Durante o momento da entrevista, tanto as Assistentes Sociais quanto a Assessora Jurídica, questionei como é feita a qualificação/capacitação das equipes técnicas que atuam junto à população LGBT, se os treinamentos/cursos são suficientes, e se na visão profissional das mesmas se sentem preparadas em atuar com o público em questão:

Não a gente, está sempre em movimento as demandas continuam as mesmas mas estão se ampliando. Aqui sempre tem fora isso tudo que eu já falei, a gente trabalha com o grupo de estudos com estudantes e semanal, então a

gente entra em contato com professores, com universidade com academia, a gente está em contato sempre com os teóricos. Então assim não tem como o nível municipal, Mas pelo menos aqui a gente sempre está nesse movimento. (Assessora Jurídica, 2015)

As respostas da Assessora Jurídica também auxiliaram-me na percepção de como as oportunidades dessa análise se diferem nos diferentes olhares dos profissionais em suas respectivas categorias. A mesma assume que se sente preparada para atuar com o público em questão, porém, isso não quer dizer que não se depare com situações complexas, e tendo que buscar novas fontes teóricas para resolução das questões cotidianas, que vem se formando em nossa sociedade atual a cada dia.

A terceira entrevistada também é Assistente Social, e ajuda a esclarecer quem recepciona esses usuários e nos fala da estrutura física desse equipamento, no caso o Centro de Referência Janaina Dutra. Ela inicia a entrevista relatando um pouco sobre a trajetória do Centro de Referência Janaina Dutra:

O Centro de Referência é direcionado para população LGBT , recebe o nome de Janaína Dutra e tem seu funcionamento desde 2010 , já e um atendimento que vem da caminhada do GRAB, pois foi quem iniciou esse atendimento aqui em Fortaleza e através de Janaína Dutra , ai enquanto política pública hoje funciona com uma equipe multiprofissional que é composta por uma assistente social, psicóloga, advogada, uma coordenadora, uma secretaria executiva e uma educadora social, somos vinculadas a Coordenadoria de Diversidade Sexual que e umas das coordenadorias compõe a Secretaria de Direitos Humanos que funciona aqui no parque das crianças. (Assistente Social, 2015)

É fundamental considerar e entender melhor por que lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais sofrem casos de agressão e violência homofóbica. O principal fator seria relacionado à sociedade, por ser de maioria heterossexual e conservadora, assim, são os valores para essa população. O outro fator importante seria a falta de amparo legal porque a homofobia ainda não é considerada crime, e o mais agravante o fato de a família não se importar com o que está acontecendo e acabar violentando ainda mais essas pessoas, porque a sociedade não aprova esse modelo de comportamento. (PÚBLICO, 2012)

O papel do Centro de Referência, além de ajudar quem se percebe LGBT, é atender três necessidades dessas pessoas; o apoio para se entender, é a primeira. A formação para entender

tudo o que está em seu entorno, é a segunda; e a terceira, é ensinar como usar todas essas informações para buscar seus direitos. Diante disso, o Centro de Referência atende qualquer situação LGBT, como ressalta em entrevista a Assistente Social.

Não. O Centro de Referência atende especificamente a população LGBT, mas tem um foco principalmente a questão da homofobia, lesbofobia e transfobia, então você pode perguntar atende qualquer tipo de violação LGBT - não agente tem um foco na questão da violação dos direitos LGBT, mas ai o usuário chega com uma demanda X, a gente não deixa de atender, a gente recebe a demanda analisa e encaminha para o escritório de direitos humanos. Então nós temos esse filtro, porque ai a gente não vai contemplar a toda situação problema da população LGBT de Fortaleza. (Assistente Social, 2015)

Todos os dias, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais são vítimas de constrangimentos, atitudes violentas e até levados à morte. Os crimes são motivados por diversos fatores, e o principal deles é ódio e a intolerância contra a diversidade. Muitas denúncias sobre qualquer tipo de violência homofóbica, inclusive as emergenciais que envolvem agressão física, são ser feitas por meio do Disque 100, como já mencionado, que funciona 24h, onde a identidade dos denunciante é preservada. Diante disso, a Assistente Social foi perguntada como e quem recebe esses usuários vítimas dessas violências:

O usuário vem encaminhado de diversas formas, de livre espontânea vontade que a gente chama de demanda espontânea, quem já conhece o serviço, vem encaminhado de outras instituições, através de amigos, e vem através de denúncias do disque 100 como também do DDH que e o disque direitos humanos municipal. Quando chega aqui presencialmente sem ser por viés de denúncia, passa pela secretária executiva, a qual vai fazer um preenchimento de um registro geral com informações básicas nome, endereço, como chegou ao centro de referência... e em seguida é encaminhada ao serviço social para um primeiro atendimento assim que gosto de chamar, não gosto desses termos triagem e nem acolhimento mas agente é que faz esse primeiro atendimento, porque o serviço social vai fazendo um vínculo com a questão da instrumentalidade que é a nossa querida Yolanda Guerra. O serviço social é que vai fazer esse desvelamento da realidade e vai fazer a verificação da situação problema, que ai agente tem esse problema aparente e esse problema real, então o serviço social nesse processo da escuta e que vai fazer esse processo de encaminhamento, o serviço social e quem vai mostrar esse leque do que tem, os caminhos e ai a pessoa é quem vai decidir o caminho que ela vai caminhar. (Assistente Social, 2015)

Não faltam instrumentos teórico-político-normativos do Conjunto CFESS-CRESS em relação à defesa dos direitos da população LGBT. A começar pelo Código de Ética do/a

Assistente Social, que traz princípios em defesa da liberdade, autonomia, diversidade da pessoa humana, e de luta contra a discriminação por orientação sexual, gênero, identidade de gênero e etnia etc. Em 2006, o Conjunto CFESS-CRESS lançou a campanha nacional pela liberdade de orientação e expressão sexual "O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito", em parceria com o Instituto em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual (DIVAS), a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), a Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL) e a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), e publicou a Resolução 489/2006, que estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do/a Assistente Social. (CFESS, 2011). Em termos dessa estrutura de apoio por parte dos Assistentes Sociais, o Centro de Referência Janina Dutra está atendendo as necessidades dentro do possível, através de propostas e projetos que são elaborados, como afirma a Assistente Social em entrevista:

Não. Agente nunca está satisfeito completamente e o serviço social e muito daquele que fica por último infelizmente. Mas aqui não o serviço social a gente consegue priorizar eu bato muito o pé aqui, trago as minhas propostas, elaboro os projetos trago para as discussões, aqui a gente tem um pouco dessa autonomia porém temos um limite por estarmos vinculados ao poder público mas mesmo dentro desses limites eu tento também está dando essa ultrapassada. Primeiro passa pela coordenação aqui do centro, ai a coordenação analisa a proposta em equipe porque as vezes a proposta surgiu, ai e amadurecida com a equipe, ai se elabora o projeto e vai para o aval da coordenadoria, que e o coordenador municipal em política LGBT que e o Jorge Pinheiro ai e quem ver a questão da liberação de recursos, alguns se consegue executar e outros ficam engavetados e outros agente consegue executar dependendo de como agente pode caminhar mas esse e um movimento muito do serviço social. A sala de atendimento, eu como assistente social priorizo por questão de ética profissional na garantia do sigilo pois a gente tem que seguir nosso código de ética e ai eu faço o revezamento geralmente com a psicóloga, entre um atendimento dela e um atendimento meu, ai não existe uma sala só do psicólogo nem da assistente social. essa e uma luta minha aqui dentro que seria uma sala maior porque também sou mediadora de conflitos e ai agora não tem mais a sala de mediação, tem essa sala a gente acaba tentando fazer as mediações aqui mas ai quando tem quatro ou cinco pessoas se trona inviável, e também como eu faço atendimento familiar o espaço que a gente tem e esse, que eu acho muito pequeno mas a luta continua estamos tentando ver uma outra sala que tem no casarão que foi solicitado um ar-condicionado pra poder dar uma organizada nessa outra sala pra poder ter um espaço maior. (Assistente Social, 2015)

Através de Grupos de Estudos, o Centro de Referência Janaína Dutra também realiza encontros educativos de promoção e orientação aos usuários, são tratados temas diversos, dando orientação e esclarecimentos aos LGBTs. Nesse grupo da sexta feira, existe local adequado,

porém com a necessidade de um espaço maior, que possa facilitar a ida de vários usuários, assim como relata a Assistente Social.

Ai agente tem um salão, onde e feito as reuniões e os encontros são feitos nesse salão grande. Do Centro de Referência só são duas salas, o salão é solicitado para sexta-feira. Mas outras instituições usam esse salão também não é da coordenadoria e usado coletivamente. Mas é priorizado para as atividades do centro. (Assistente Social, 2015)

Como parte e prova das ações desenvolvidas pelo Centro de Referência Janaína Dutra, em parceria com o Ministério Público do Estado do Ceará, através do Centro de Apoio Operacional da Cidadania (CAOCID), e a Escola Superior do Ministério Público promoveram no dia 18 de maio de 2015, o seminário “Direitos Humanos da População LGBT: Combate à Homofobia, Lesbofobia e Transfobia”. O seminário foi direcionado aos procuradores e promotores de Justiça, servidores e funcionários do Ministério Público, magistrados, defensores públicos, advogados, assistentes sociais, psicólogos, médicos, integrantes de associações e representantes da comunidade LGBT, além de estudantes das áreas afins. Apesar desse importante evento ser realizado em alusão ao dia 17 de Maio, Dia Internacional contra a homofobia, lesbofobia e transfobia, ainda por parte da Assistente Social, em entrevista, relata que ainda cabem melhorias e um constante fortalecimento dos projetos:

As Políticas Públicas para população LGBT são muito escassas até porque é um tema muito novo, a gente tem pouca literatura, são poucos autores que trazem essas discussões ainda é um *print* que está nascendo, e aqui em Fortaleza agente está ainda com esse processo de nascer e tanto que ainda gente não conhece uma política que está nesse processo de divulgação ainda, nem todo LGBT conhece esses serviços. Ai agente precisa fortalecer no caso das ações, essa divulgação de serviço e trazer esse pessoal pra essas discussões principalmente o público que dizem não ser homofóbicos mas são ai trazer realmente esse público para as discussões. Um trabalho que a gente não tem pernas suficiente é esse trabalho de sensibilização. (Assistente Social, 2015)

Dentre os projetos desenvolvidos pelo Centro de Referência Janaína Dutra que são direcionados à população LGBT, destaca-se o Programa Educação Sem Homofobia direcionado aos espaços escolares. A entrevistada comenta sobre isso:

A gente faz trabalho de sensibilização nas escolas, através da capacitação dos professores e nas outras instituições de ensino e empresas, que eu acredito que esse processo de sensibilização e muito rico, porque ai agente traz toda

essa política de como e que ela está de como, e que ela está desenhada o que e essa homofobia, no dia a dia nas práticas pedagógicas como e que a professora pode estar indo no combate, está fazendo esse processo de relativização que isso e muito importante relativizar dentro de uma escola. (Assistente Social, 2015)

Um tema muito importante levantado pela Assistente Social, em entrevista, são as maiores dificuldades encontradas dentro do equipamento, referindo-se à intersectorialidade, como um grande obstáculo no implemento de qualquer política pública:

A gente têm poucas Assistente Social dentro de Fortaleza, a dificuldade que eu encontro mais não só aqui, mais isso é uma coisa do serviço social como um todo em todas as instituições que eu já atravessei nessa minha trajetória, chama; se intersectorialidade dentro das próprias políticas públicas, quando eu trabalhava em outras instituições ... que eu me deparava com a questão dos encaminhamentos na rede na saúde, na educação eu acabava que ia por terra e hoje agente ainda enfrenta muita resistência e em geral não só porque é um público LGBT. (Assistente Social, 2015)

Koga (2003, p. 223) “afirma que há de se constatar o domínio da política econômica sobre a política social, porque o tratamento subalterno dado às políticas no Brasil tem resultado na crescente mercantilização dos serviços tidos como básicos à população, quais sejam, os do campo da saúde, da educação ou da habitação, levando a crer num processo de desresponsabilização do Estado”.

Existe de fato uma discussão entre correntes teóricas sobre a intersectorialidade das políticas públicas passou a ser uma dimensão valorizada à medida que não se observava a eficiência, a efetividade e a eficácia esperadas na implementação das políticas setoriais, primordialmente no que se refere ao atendimento das demandas da população e aos recursos disponibilizados para a execução das mesmas. Deste modo, a intersectorialidade passou a ser um dos requisitos para a implementação das políticas setoriais, visando sua efetividade por meio da articulação entre instituições governamentais e entre essas e a sociedade civil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista de todos os argumentos apresentados nesse trabalho, podemos concluir que a homofobia de fato é um preconceito existente em nossa sociedade, mas não é o único, existem outros tais como os de origem, raça, cor, idade e regionalidade. Todas essas formas de discriminação e preconceito ferem diretamente o que está explícito no art. 3º parágrafo IV da Constituição de 1988, que tem como objetivo e obrigação da República Federativa do Brasil, promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O Estado não consegue plenamente garantir todas esses direitos de liberdade de expressão ou gênero, sem que haja uma plena conscientização da sociedade. Fica claro, em meu trabalho, que o Estado tem total responsabilidade na criação e aplicação de leis adequadas e no esclarecimento da população, partindo das autoridades competentes políticas direcionadas aos grupos considerados minorias. No meu trabalho ficou claro que esses grupos não são minorias no sentido quantitativo, e são sim separados pela sociedade de forma hipócrita e repressiva, e acabam sendo punidos, marginalizados, reprimidos e muitas vezes violentados e assassinados, como algo que não deu certo, fugiu aos padrões impostos por uma sociedade ainda conservadora e intolerante.

Em conclusão, nossa sociedade brasileira é injusta, desigualitária, e democraticamente intolerante, pois o que se vê, são os direitos civis básicos sendo negados por simplesmente serem integrantes do grupo LGTB. Assim como são mostrados diariamente nos jornais, revistas e noticiários de TV, as violações de direitos à população LGBT que vem sendo desrespeitada e ignorada tanto pelo poder público, quanto pela própria família, assim como já relatado na introdução desse trabalho, e fundamentado por diversos teóricos, além de dados apresentados em entrevistas feitas diretamente aos profissionais que trabalham em apoio ao público em questão.

Fatos dentro da minha própria família, onde uma pessoa que assumiu que era lésbica, foi de início cruelmente subjugada e reprimida, motivo pelo qual me incentivou à elaboração desse projeto, como foco no preconceito homofóbico e as aplicações práticas das políticas públicas no combate ao preconceito e violações de direitos da população LGBT. Minha curiosidade e interesse me levaram ao aprofundamento sobre essas questões, tais como o que

estava acontecendo em nosso país, e principalmente em Fortaleza, e quais seriam as políticas que estão sendo desenvolvidas e direcionadas às vítimas de preconceito homofóbico no Ceará, e o que realmente estariam sendo postas em prática, como seria tratado esse assunto com as comunidades, nas escolas, quem seriam os profissionais que estariam envolvidos, que tipo de treinamentos estariam recebendo, e então fui pesquisando sobre o assunto.

Percebi que já se tem dado alguns passos com relação às políticas, como já citado no decorrer do trabalho e a criação de equipamentos sociais, que atuam de forma direta com as questões LGBT, através de denúncias por telefone e presencial, o que é de muita importância para a aproximação com a vítima, pois o contato direto faz com que o indivíduo se sinta seguro e adquira confiança no equipamento e também no profissional que está envolvido no que se refere à garantia de seus direitos.

De acordo com o que foi pesquisado e analisado, concluí que os profissionais, que atuam e trabalham diretamente nas aplicação das políticas públicas em questão, são contratados de forma aleatória e precariamente, e não contam com um processo de qualificação profissional contínua, são contratados em caráter temporário, sem concurso público ou estabilidade profissional. O que não garante a continuidade dos trabalhos realizados, até mesmo porque muito são ligados a cargos eletivos, vinculados a políticas públicas que são aplicadas em mandatos políticos de prefeitos ou governadores.

Porém, como forma positiva de implementação de uma política atual ligada à Prefeitura de Fortaleza, criou-se um Centro de Treinamentos, que está em fase de construção, que será responsável pelo treinamento e qualificação de todos os servidores públicos, tanto efetivos quanto temporários, o que resultará em um melhoria dos serviços públicos que serão prestados pelas diversas esferas públicas e equipamentos ligados à população LGBT. Nesse sentido, a integração entre os diferentes setores nos níveis, Federal, Municipal e Estadual há muito que melhorar. Existe claramente a falta de uma política de integração entre os diferentes setores públicos o que dificulta a implementação de forma mais rápida de direitos assegurados em lei.

Diante do que foi apresentado nesse trabalho, as ações desenvolvidas pelo Centro de Referência Janaína Dutra, foram bem consistentes, a despeito de fatores desfavoráveis. A equipe técnica, que apesar de ser bem pequena, tem feito um trabalho social adequado, tanto no aspecto de atendimento quanto de orientação à população LGBT, que procura o equipamento de forma direta e indireta, e/ou encaminhada por outros equipamentos sociais de Fortaleza, regiões metropolitanas ou vindas do interior do Ceará.

As visitas realizadas durante as entrevistas, ao Centro de Referência Janaina Dutra, foram de fundamental importância para realização desse trabalho. Foi importante também pra minha vida enquanto profissional e ser humano, pois em conversas descontraídas apreendi a buscar informações às questões por mim levantadas, e de como é a realidade vivenciada por parte dos profissionais desse equipamento, em seus relatos e entrevistas as quais podemos contrapor com teorias e ter uma visão geral. Percebe-se que o trabalho de conscientização e educação a respeito da diversidade tem dado bons resultados no combate ao preconceito não só homofóbico como também nas diversas modalidades no que se a preconceitos.

Foi possível perceber de perto das dificuldades enfrentadas pelos LGBTs, a falta de efetividade de seus direitos e na luta contra o preconceito, como também perceber em como os equipamentos são precários em termo de espaço físico e em número de funcionários a precarização na forma de contratação na qual o profissional é mantido pelos órgãos competentes, de forma a proporcionar resoluções e encaminhamentos, porém o que falta é interesse por parte dos políticos que estão à frente das decisões, em realmente tornar as políticas sociais realmente efetivas, faltam investimentos e pessoas realmente capacitadas e motivadas, nas nossas políticas sociais pois com essa lógica do neoliberalismo, sabe-se que a ideia central é o fortalecimento da mercantilização dos serviços sociais e públicos, ou seja as políticas sociais neoliberais caracterizam por um alto grau de seletividade, porém não me aprofundarei nessa questão.

Tendo em vista os aspectos observados durante a elaboração e desenvolvimento desse trabalho, levo a concluir que falta como forma fundamental a todos os setores, tanto públicos como privados, a aprovação do projeto de Lei intitulado PLC 122 que, em conjunto com a Lei nº 7.716 tornaria crime qualquer discriminação contra negros, idosos, pessoas com deficiência, grupos religiosos, além de punir a discriminação por gênero, identidade de gênero e por orientação sexual, não beneficiando somente um grupo, mas a todos. Tal projeto de Lei, tão importante, não foi levado adiante devido a imposições de alguns grupos contrários a tal projeto, como a bancada dos evangélicos que são em maioria conservadores tanto no Senado quanto da Câmara dos Deputados, em Brasília.

Diante disso percebo que, de forma contextualizada, a discriminação esbarra ainda em preconceitos que vão desde os níveis mais baixos da sociedade civil quanto aos níveis de poderes políticos, onde o conflito de interesse e pontos de vista pessoais e fundamentalistas, impedem avanços maiores quanto ao combate dos preconceitos existentes em nosso país.

Se não houvesse esse engessamento de atitudes por parte dos poderes políticos, caberia uma maior ampliação das políticas de combate à homofobia e aos preconceitos, como formas simples pra facilitar tais políticas, seria a criação de espaços físicos adequados, e descentraliza-los, como mencionado pela Coordenadora Assistente Social do Centro de Referência Janaina Dutra, que cita como exemplo, a criação de espaços físicos de convivência direcionados a trabalhar com o preconceito dentro das comunidades, buscando trabalhar o diálogo entre a família e o poder público, que facilitaria a sugestão de projetos e ações voltadas à erradicação ou diminuição do preconceito de todas as formas e, por consequência à diminuição da violência praticada por pessoas não tolerantes à diversidade, tão constante em nosso país.

Outro ponto de carência percebido durante o projeto desse trabalho é a falta de campanhas educativas constantes, no sentido de orientar e esclarecer a população em geral, tanto LGBT ou não. Tanto no tocante à discriminação e ao preconceito, quanto nas doenças sexualmente transmissíveis, onde a prevenção, através dessas campanhas, traria resultados positivos na sociedade como um todo, diretamente influenciando em melhor qualidade de vida e desenvolvimento social.

Tem se conseguido pequenos avanços, tais como: o uso do nome social nas escolas e repartições e fichas cadastrais; o uso só do banheiro dentro das escolas e espaços públicos; o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo; o direito de adoção de criação por parte de casais homossexuais; apesar do transexual ainda não ter acesso a esses direitos, a não ser por decisão judicial. São conquistas simples, porém refletem grandes avanços dentro da sociedade, que tem gerado discussões, motivos de pesquisas e trabalhos acadêmicos, por parte de pesquisadores e teóricos, há uma carência de literatura e estudos acerca do assunto.

Nesse projeto, busco levar à sociedade a reflexão e ao mesmo tempo um olhar crítico diante desses problemas, que é a homofobia e a carência de políticas públicas nesse aspecto, e uma conscientização de que isso é um caso que precisa ser tratado com mais empenho por parte dos nossos representantes políticos, no sentido de se fazer vigorar as leis punitivas a quem comete atos de discriminação e preconceito.

Assim, como dados comprovados durante essa pesquisa, a violência chega a causar danos físicos, morais e psicológicos irreversíveis, que tiram a vida de muitos indivíduos; é preciso campanhas constantes de respeito, a questão da orientação sexual de cada um, através dos equipamentos sociais existentes aqui relatados durante esse trabalho, incentivando e fortalecendo, no sentido de se formar uma sociedade mais tolerante às diversidades.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Luiz Alberto David. **A Proteção do Transexual**, São Paulo: Saraiva, 2000
- BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**, Maria Lucia Silva Barroco. São Paulo, Cortez, 2008.
- BRASIL. **Brasil Sem Homofobia**. Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual, 2004.
- _____. **Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para população LGBT no Brasil**, 2014. http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v06n07art06_melloetal.pdf
- _____. **Plano Estadual de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**, 2013. http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/Plano_LGBT_Web.pdf.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- DAVIS, Nathalie Zemom. **Culturas do Povo**. Rio de Janeiro, 1988.
- DIAS, M. B. União entre homossexuais. **Revista Jurídica Consulex**. Brasília-DF, ano VI, n. 136, p. 50-51, 15 set. 2002.
- CARRARA, Sergio; Vianna, Adriana R.B. “**Tá lá o Corpo Estendido no Chão...**”: a violência letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro. In: *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, vol. 16, n 2, Rio de Janeiro, 2006.
- FARIAS, J. **A homossexualidade e o preconceito na cidade de Rio Claro**. Disponível em: <http://www.jaimefariasweb.hpg.ig.com.br/links.htm>. Acesso em: 21 fev. 2015.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**, a vontade de Saber, Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guihon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- HIGHWATER, John. **Mito e Sexualidade** (J. A. dos Santos, trad.). São Paulo: Saraiva, 1992.
- GIDENS, Anthony. **Mundo em Descontrole**: Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges, Rio de Janeiro: Record, 2010.
- GIL.A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3º Ed. São Paulo: Altas, 1991.
- GONDIM, Linda M.P. **A pesquisa como Artesanato Intelectual**: considerações sobre método e bom senso. João Pessoa: Manufatura, 2002.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- SOUZA, José Herbert de. **Análise de Conjuntura**. Ed 24º. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- LAKATUS E.M.S Marconi. **Metodologia Científica**. Atlas, São Paulo, 1982.

- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. (9ª. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- LUDKE, Menga. **Pesquisa em Educação**: Abordagens Qualitativas. São Paulo: Epu, 1986.
- MAIA, Antônio C. **Sobre a analítica do poder de Foucault**. Araraquara. USP, São Paulo, 1995.
<http://www.fflch.usp.br/sociologia/tempo-social/site/images/stories/edicoes/v0712/analise1.pdf>
- MARCONI, M. A; LAKATUS E.M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas. 1999.
- MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Coleção os Pensadores. São Paulo: 1978.
- MESZÁRIOS, I. **O poder da Ideologia**. São Paulo: Bom Tempo Editorial, 2004.
- MEYER; RIBEIRO; **Gênero, Sexualidade e Educação**. "olhares" sobre algumas das perspectivas teórico-metodológicas que instituem um novo G.E., Araraquara. UFRGS, 2014
http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te_dagmar_meyer.pdf
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento**. Pesquisa Qualitativa em Saúde. Rio de Janeiro; Abrasco; São Paulo; Hucitec, 2006.
- MOTT, L; CERQUEIRA. M.; Almeida, Claudio. **O Crime Anti-Homossexual no Brasil**. Salvador: Editora GGB, 2003.
- MOTT, L. **O que você deve saber sobre homossexualidade**. Salvador, BA: Grupo Gay da Bahia, 2002.
- MOTT, Luiz. **Antropologia, teoria da sexualidade e direitos dos homossexuais**, 2014.
http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v01n01art03_mott.pdf
- MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais**: Teoria Geral, Comentários aos arts. 1º a 5º da Constituição da República do Brasil, doutrina e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2011.
- PÁDUA, E.M.M. **Metodologia da Pesquisa: Abordagem-teórica**. Campinas: Papyrus, 2004.
Revista Produção on-line. v. 41, n. 3 Rio Grande do Sul, PSICO, 2010. Disponível em:
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/8163/5854>
- RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. 2º Ed. Petrópolis: Vozes. 2000.
- SILVIA, T. Maurier Lane Bader Burian Sawaia (orgs). **Novas Veredas da Psicologia Social**: Brasiliense: Educ, 2006.
- WEBER, M. A. **Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais**: in: COHN, G (org). Sociologia, Rio de Janeiro: Ática, 1986.

APÊNDICE 1

Roteiro de Perguntas:

1. Qual foi a sua forma de contratação?
2. Quais os projetos desenvolvidos pela Coordenadoria de Diversidade Sexual direcionados a população LGBT na cidade de Fortaleza atualmente?
3. Quais os impactos que você pode apontar como alcançados com essas ações desenvolvidas pela Coordenadoria?
4. Como se dá a qualificação/capacitação da equipe técnica para atuar junto a população LGBT?
5. Esses treinamentos/cursos são suficientes? Quais os temas mais abordados e são suficientes?
6. As ações desenvolvidas pela Coordenadoria tem diminuído a homofobia? Existem dados sobre esses resultados?
7. O que você acha que deveria mudar em relação aos serviços prestados pela Coordenadoria?
8. Você profissionalmente se sente preparado (a) para atuar com o público em questão?

APÊNDICE 2

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Declaro, por meio deste Termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada: _____ desenvolvida por _____. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por _____, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (85) _____. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) do objetivo geral, estritamente acadêmico, do estudo que, em linhas gerais, é _____. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa e que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (sua) orientador (a). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fortaleza, ____ de _____ de 2014.

Assinatura do (a) participante:

Assinatura do (a) pesquisador (a):

Assinatura da testemunha:
